

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 150

14 de abril de 2012

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos. Sejam bem-vindos.

Já temos um texto online, espero que todos tenham em mãos, que é “A filosofia e seu inverso – III”. Estou muito grato aos Srs. Júlio Lemos e Joel Pinheiro, porque um dos elementos essenciais para o ensino da filosofia é o anti-exemplo.

Julián Marías dizia que a fórmula padrão da tese filosófica não é do tipo A é igual a B, mas do tipo A não é B, e sim C. Então alguém tem de nos fornecer o B para a gente explicar o que é que as coisas não são. Às vezes a apreensão da realidade só é possível mediante contraste. Assim como para se fazer um desenho, você tem de se basear nas sombras e nos limites. Não é possível desenhar a substancialidade da coisa em si mesma. Você tem de tomar pelos seus limites, pelos limites entre uma coisa e outra. Às vezes a nossa mente funciona exatamente assim: embora nós possamos apreender as coisas, nós não podemos representá-las diretamente, mas pelos seus contrastes.

Também Benedetto Croce explicava que para que se compreenda um filósofo é preciso saber contra quem ele está discutindo. Se você não souber quem é o adversário, quem é o anti-exemplo, não vai entender direito o que o indivíduo está falando. Tanto que hoje ainda temos alguma dificuldade de entender os textos legados pelos pré-socráticos porque nós não sabemos exatamente com quem eles estavam discutindo. Às vezes ficam frases no ar, e estas podem ser interpretadas poeticamente, quer dizer, têm muitos sentidos. Já com Sócrates e Platão há uma oposição muito clara, o que permite que se extraia das sentenças o seu sentido formal. Nem sempre é possível, porque existem alguns trechos que ainda são linguagem poética, mas em geral você tem ali o contraste, e enquanto está na discussão a própria oposição desenha os limites – e, portanto, a forma – das afirmações.

No Brasil há uma míngua de anti-exemplos, porque o pessoal da esquerda universitária não tem teses filosóficas. Eles só publicam coisas a respeito de política, então, não há muito o que discutir com eles. Pode-se discutir no sentido de impugnar o que disseram, mas não de usar como anti-exemplos de filosofia. Não chegam a ser sequer os filodoxos. São simples palpiteiros, como Vladimir Safatle, Emir Sader, e realmente não há o que discutir com eles. Porém, quando apareceram Júlio Lemos, Joel Pinheiro e outros desse tipo, já melhorou um pouco o padrão porque eles realmente tentam filosofar. Eles fazem algo que eles acreditam piamente ser filosofia e nos fornecem assim o anti-exemplo pedagógico de que nós tão desesperadamente necessitamos.

Então, como aquela discussão começou a respeito do Cardeal Newman, prosseguiu de algum modo – se bem que o Júlio Lemos nem sequer respondeu ainda à segunda parte de *A Filosofia e seu Inverso*, e antes de respondê-la já existe uma terceira que coloquei online, com quatorze páginas, e eu praticamente não entrei no assunto, ainda há muita coisa por dizer. Se for possível, após o

comentário do texto que vamos fazer aqui, se sobrar tempo, eu darei um resumo oral para vocês do que vem em seguida. Se não, fica para a próxima aula.

Eu vou ler e comentar este texto: “Os filodoxos perante a História (A filosofia e seu inverso – III)”. Se fosse possível toda semana haver uma apostila pronta como essa seria excelente, mas às vezes não há tempo para isto. Esta semana dei uma mancada no *Diário do Comércio*, pois entreguei um artigo apenas em vez de dois, porque estava muito ocupado fazendo este aqui. Este assunto é realmente muito importante. A gente começa com a contestação de besteirinha, mas para se contestar a besteirinha é preciso escavar o que está no fundo da discussão – um fundo que evidentemente o nosso debatedor ignora por completo, de modo que dão opiniões soltas sobre um fundo histórico-cultural que ignoram completamente. E justamente ao fazer isso eles nos dão a chance de puxar este fundo histórico e mostrar realmente do que se trata, quer dizer, o que é que está realmente em jogo nesta discussão, para muito além da imaginação dos nossos interlocutores. Aliás, chamar de interlocutores já é de certo modo uma homenagem, porque eles não são interlocutores, são, de certo modo, objeto da minha análise.

“Entre os títulos que conferem a seus estudantes, as universidades brasileiras deveriam ter o de Ph. D. na ciência de não entender nada.

Em nota publicada no site *Ad Hominem*, o Sr. Joel Pinheiro, comentando o meu artigo ‘A filosofia e seu inverso – II’ e concordando comigo em que não existe filosofia sem implicações morais e existenciais, dedica-se em seguida a refutar a idéia, que ele atribui a mim, de que ‘o escolasticismo medieval já era um período de decadência filosófica se comparado à educação dada nas escolas de catedral, que consistia no exemplo e no carisma do mestre e era veiculada por meio de doutrinas não-escritas, passadas primariamente pela convivência e ao se assistir o mestre filosofando *in loco*’.

Contra essa idéia, ele alega que ‘esse tipo de educação moral e preparação espiritual, embora muito louvável, não é propriamente filosofia. Ela não pode questionar as suas próprias bases, e nem debater a sério, pois sua finalidade de formar um certo tipo de homem virtuoso já está dada de antemão; e portanto não resultará em grandes filósofos’.

Prossegue ele: ‘A relação carismática, ou mesmo iniciática, entre mestre e pupilo não substitui o debate racional. É ridículo e ingênuo imaginar que ‘sábios’ semi-anônimos do século XII que não deixaram obra escrita tivessem pensamento superior ao dos grandes escolásticos. Os poucos registros escritos que sobraram deles mostram que, muito pelo contrário, seus pensamentos eram muito mais conservadores e convencionais, ainda que belos e nobres.’

Antes de averiguar se o Sr. Pinheiro tem ou não razão nessas coisas, é preciso notar que elas não têm nada a ver com o que eu disse no artigo que ele imagina estar refutando. O que ali coloquei em discussão não foi a qualidade da ‘filosofia propriamente dita’ (no sentido que o Sr. Pinheiro dá a esta expressão) que se produziu nas escolas dos séculos X a XII e da que veio a se produzir em seguida nas universidades. Foram, em vez disso, as concepções educacionais do Cardeal Newman, o posto que nelas ele atribuía à filosofia e, por isso mesmo, a interpretação falsa que o Sr. Júlio Lemos dera às palavras do Cardeal. O Sr. Lemos afirmava que o ensino da filosofia não deve ter objetivos morais, e, por inépcia ou safadeza, citava em favor dessa opinião um trecho em que Newman dizia precisamente o contrário.”

Ou seja, era disso que se tratava, e não de uma comparação entre as filosofias dos séculos X e XII e do século XIII em diante.

“Na segunda parte do artigo, analiso um pouco aquelas concepções em si mesmas, assinalando que me pareciam falhar porque esperavam da instituição universitária precisamente aquele resultado que o advento dela tinha tornado inviável: a formação do gentil-homem, marcado pelas virtudes de ‘um intelecto cultivado, um gosto delicado, uma mente cândida, equitativa e desapaixonada, uma conduta nobre e cortês’.”

Newman diz claramente que ensinar isto é o objetivo, o propósito da universidade.

“Esse resultado era precisamente o que haviam alcançado, com grande sucesso, as escolas catedrais e monacais dos séculos X a XII, fazendo um contraste chocante com o que veio em seguida, a atmosfera de carreirismo, pedantismo, corrupção e violência política que imperou nas universidades do século XIII em diante.”

Ou seja, [0:10] eu não sei por que – talvez por falta de informação histórica, que na época realmente não havia – o Newman imaginou que esta formação do gentil-homem, com todas essas qualidades morais e intelectuais, fosse o objetivo das universidades medievais, [objetivo este] que ele queria copiar no novo modelo de universidade que estava propondo no século XIX.

Porém, o fato é que este tipo de educação e as virtudes daí decorrentes não caracterizaram de maneira alguma a universidade na Idade Média, mas foram justamente aquelas [virtudes] que havia existido antes, quer dizer, no modelo de educação anterior das escolas que eram dos mosteiros e das catedrais e que cessou de existir com o advento das universidades.

“Na mesma medida em que os alunos das escolas catedrais e monacais chegaram, pelo brilho das suas virtudes, a ser conhecidos popularmente como ‘a inveja dos anjos’, o típico estudante universitário que lhe sucedeu tinha antes a fama de presunçoso, beberrão e arruaqueiro, sendo célebre a hostilidade dos habitantes das cidades à horda de estrangeiros arrogantes que ali desembarcavam imunizados contra as leis locais por toda sorte de privilégios corporativos.”

Você não pode esquecer que naquela época não havia uma lei uniforme em toda a Europa, nem mesmo num território que hoje consideraríamos uma nação. Cada corporação, cada localidade, tinha as suas leis especiais. Suponhamos então que chegasse um estudante espanhol em Paris. Ele não estaria submetido à lei local. Ele seria julgado pela lei da sua comunidade de origem e pela corporação estudantil a que pertencia. Se ele cometesse um crime não seria julgado pela população local, mas pelos seus pares, quer dizer, pelos estudantes da universidade, que naturalmente o favoreceriam.

O estudante tinha, então, dois tipos de privilégio. Primeiro, por ser um estrangeiro, e segundo, por ser um estudante. Era natural que a população da cidade se irritasse com essas pessoas, porque elas podiam fazer as arruaças que quisessem e na “hora H” sempre “pulavam fora” do julgamento da polícia local alegando ser estrangeiro ou estudante.

“Se o Cardeal Newman, contra o Sr. Júlio Lemos, tinha toda a razão em afirmar que o estudo da filosofia podia e devia contribuir para a formação moral dos estudantes, como o fizera nas escolas catedrais e monacais, também era verdade que ela havia começado a fracassar nesse objetivo desde o momento mesmo em que se constituía como profissão universitária e meio de ascensão social.”

No outro capítulo mostrei a vocês que o regulamento da Universidade de Paris foi feito em 1215 e que logo quatorze anos depois eclodiram aquelas rebeliões estudantis que resultaram numa matança e duraram dois anos.

A transformação da Filosofia numa profissão universitária, em vez de trazer a ordem, criou um tipo de comunidade que não existia antes, e que eram as comunidades de estrangeiros que se agrupavam numa corporação universitária dentro duma cidade estranha, constituindo de fato um enclave, um corpo estranho que era colocado ali dentro, gerando toda sorte de conflitos. Isso não acontecia com os monges porque, quando o sujeito vinha do exterior para o mosteiro, ele ficava dentro do mosteiro, não estava na cidade, mas sim praticamente isolado e submetido à disciplina rígida do mosteiro.

Do mesmo modo os alunos das escolas catedrais eram educados dentro de uma disciplina moral muito rígida e não causavam problema em torno, ao contrário, eram admirados e invejados pelas suas mais óbvias qualidades morais. O estudante [das universidades] não. Ele estava livre dessas exigências disciplinares, e ainda estava protegido pela regulamentação corporativa. De certo modo, era “licença para matar”, era autorização para delinquir.

“Se essa trajetória de decadência humana veio acompanhada de prodigiosos aperfeiçoamentos da técnica lógico-dialética e da abertura de novos espaços de livre discussão, propiciando assim o advento das grandes realizações intelectuais da escolástica, isso mostra, com toda a evidência, que esses avanços, em vez de somar-se às conquistas das escolas catedrais e monacais em matéria de educação moral, a elas se substituíram e acabaram por preencher todo o espaço da atividade educacional superior.”

Isso quer dizer que as universidades não estavam dando à formação moral dos seus estudantes a mesma atenção que se dava nas escolas catedrais e monacais. Em compensação, havia uma intensificação da atividade intelectual e da livre discussão.

“Não foi a primeira nem a única vez na História que a degradação moral fez contraste com o progresso intelectual. O apogeu mesmo da filosofia na Grécia, com Sócrates, Platão e Aristóteles, só aconteceu quando já iam longe os belos dias de Péricles e a *polis* afundava na roubalheira e na violência.”

Sendo essa, aliás, uma das motivações fundamentais da vocação filosófica de Platão. Platão decidiu se dedicar à filosofia quando ele viu que a decadência da sociedade em torno tinha chegado a um ponto tal que não havia mais nada o que fazer, nenhuma ação política era possível. Ele começou a pensar mais num esquema de longo prazo, na idéia de preparar um novo tipo de intelectuais. É justamente daí que surge a Academia.

“Na Viena dos anos 20-30 do século passado, o florescimento espetacular da filosofia e das ciências humanas coincidiu com a debilitação do império romântico dos Habsburgos, sacudido pela agitação comunista e nazista e roído desde dentro pela corrupção dos políticos.”

O ambiente de corrupção está muito bem documentado na literatura da época. E justamente às vezes parece que a corrupção da sociedade até incentiva uma reação da parte das pessoas intelectualmente mais diferenciadas. Eu não quero dizer que a corrupção da sociedade seja boa para a literatura, as artes e a filosofia, mas às vezes acontece exatamente pela força do contra-exemplo. Quer dizer, a sociedade está tão ruim que as pessoas têm de buscar um outro fundamento para sua existência. E vão encontrar esse fundamento num círculo, por assim dizer, mais interior, numa esfera mais interior da sua vida. Já que a desordem impera em torno, você pode procurar um novo modelo de ordem, ao menos, estético.

“Mas nenhum desses exemplos é motivo para negar que seria melhor a moralidade e a cultura superior progredirem juntas.

Em nenhum momento coloquei em discussão a filosofia escolástica enquanto tal, que o Sr. Pinheiro se empenha em defender contra quem não a atacou. Lembro-me de haver-me referido a ela como ‘monumentos de exposição escrita’, o que não é uma expressão nada pejorativa, e até de haver assinalado que o Cardeal Newman, ao referir-se negativamente a filósofos do passado, não dissera ‘nem uma palavra sobre (muito menos contra) a filosofia cristã de Sto. Tomás, de S. Boaventura, de Duns Scot etc.’. De que raio de coisa, pois, está falando o Sr. Pinheiro? De algo que ele pensou ter lido, mas não leu. Inventou. Uns vinte anos atrás o educador Cláudio de Moura Castro já advertia que no Brasil ninguém lê o que os autores escrevem: lê o que imagina que eles pensaram, o que gostaria que eles tivessem pensado, seja para aplaudi-los, seja para depreciá-los. Tal como o célebre inglês da anedota, o leitor brasileiro, nesse ínterim, não mudou nada.”

Espero que todos conheçam a piada. Se alguém não conhece avise pelo chat que eu contarei a piada. Tem alguém aí que não conhece? A piada está aqui:

“Para os que não a conhecem, já que as novas gerações perderam o melhor do passado, aí vai a piada. Dois ingleses, Paul e Peter, estavam tomando chá e conversando numa tarde aprazível, quando Peter observou:

– Sabe, Paul, eu sonhei com você ontem.

– Não diga! Como foi o sonho?

– Sonhei que você morreu, foi enterrado, no seu túmulo nasceu uma plantinha, veio uma vaca, comeu a plantinha, fez cocô, e eu, ao ver o cocô, exclamei: ‘Oh, Paul, como você está mudado!’

Paul, imperturbável, respondeu:

– Que interessante! [0:20] Sabe que eu também sonhei com você?

– Não diga! Como foi?

– Sonhei que você morreu, foi enterrado, no seu túmulo nasceu uma plantinha, veio uma vaca, comeu a plantinha, fez cocô, e eu, ao ver o cocô, exclamei: ‘Oh, Peter, você não mudou em nada.’”

Esta piada é uma maravilha! Você veja: o leitor brasileiro, nesse ínterim, também não mudou nada. Ele lê o negócio, pensa alguma coisa, e daí ele quer que o autor tenha dito aquilo para ele poder ou concordar ou discordar com aquilo que ele mesmo está pensando.

“O que confundiu a cabeça do Sr. Pinheiro foi ter lido o meu artigo à luz da crença rotineira de que a grande filosofia do século XIII foi um fruto natural da universidade.”

É uma imagem que todo mundo tem na cabeça. Você vê aqueles grandes monumentos da filosofia dos séculos XIII e XIV – principalmente XIII – Santo Tomás, Duns Scot, Boaventura, Santo Alberto Magno, um negócio incrível! E aquilo acontecia dentro da universidade. Resultado: você tem uma imagem e chapa em cima outra e é aquela imagem do *post hoc ergo propter hoc*. Quer dizer: uma coisa veio depois da outra, portanto a primeira é causa da segunda. Como havia as universidades, apareceram lá dentro Santo Tomás e outros, então, é evidente que esta grande filosofia foi um produto da universidade. Mas essa imagem é criada *a posteriori*. Decorridos sete séculos você olha aqueles acontecimentos que pareceram se suceder mais ou menos ao mesmo tempo, ou em seguida ao outro, e você cria um engrama, por assim dizer, uma imagem a que tudo aquilo se sobrepõe. Mas é evidente que se trata de história imaginária, se trata de uma superposição de imagens, e não de uma história objetiva. Já veremos.

“Vistas as coisas por esse ângulo, daí decorrem duas conseqüências. Primeira: o Sr. Pinheiro acaba entendendo a minha crítica às universidades medievais como se implicasse uma depreciação da filosofia escolástica, o que só acontece na sua imaginação.”

Se ele acha que filosofia e universidade na Idade Média eram a mesma coisa, ou faziam parte de um complexo de acontecimentos intimamente associados, onde um explica o outro e o outro explica o um, então, naturalmente, se eu estou falando mal das universidades, estou falando mal da filosofia escolástica. Mas isto é um processo que se passou na cabeça dele, nunca na minha.

“Segunda: dessa confusão ele é levado, como em ricochete, a proclamar que as realizações notáveis da escolástica só não apareceram mais cedo porque nas escolas catedrais e monacais vigorava um modelo pronto de homem virtuoso, do qual não podiam resultar grandes filósofos. Foi só quando aquele modelo se dissolveu na ‘livre discussão’ que uma ‘filosofia propriamente dita’ pôde florescer.”

Esta conclusão é tirada da imagem que ele mesmo produziu. Na verdade não foi ele quem produziu, é uma imagem que é recorrente na nossa cultura. É quase um raciocínio automático: antes você tinha um modelo rígido de educação moral e depois veio um ambiente de estímulo intelectual e de livre discussão na universidade, daí apareceram essas grandes filosofias. Logo: *post hoc ergo propter hoc*. O que veio depois é efeito do que veio antes. Então, retroativamente ele explica: só apareceram grandes filosofias no século XIII porque aquele modelo de educação moral rígida foi substituído por uma atmosfera de livre discussão, e essa atmosfera gerou as grandes filosofias que antes não eram possíveis. Esse foi o raciocínio dele. Só que tudo isso aí são deduções tiradas a partir de imagens. Não de conhecimento dos fatos.

“São erros, naturalmente, mas pelos quais sou muito grato, porque me permitem levar a discussão para além das mancadas do Sr. Júlio Lemos que constituíam o seu assunto inicial, e explicar-me sobre pontos incomparavelmente mais importantes.”

Vocês vão ver que o que está no fundo dessas discussões são coisas de uma importância fora do comum, que os nossos debatedores ignoram por completo. Eles estão ali como uma espuma na superfície do oceano, sem saber o que está se agitando embaixo.

“Desde logo, a imagem que hoje temos do esplendor escolástico é construída com base nuns quantos poucos nomes, especialmente Sto. Alberto, Sto. Tomás, S. Boaventura e Duns Scot. Se os apagássemos dos registros, o escolasticismo não teria passado de um episódio curioso na história da educação. E esses não são nomes só de filósofos, mas de Doutores da Igreja: três santos canonizados e um bem-aventurado.”

[Sto. Tomás] foi beatificado em 1993 por João Paulo II.

“Não existe o menor motivo para supor que na vida pessoal esses homens tivessem uma conduta mais frouxa, menos estrita, menos perfeita que a do ‘modelo pronto’ que os anjos invejavam.”

Se os anjos invejavam a simples conduta modelar dos alunos das escolas catedrais, quanto mais não invejariam a de três santos e um beato, ó meu Deus do céu! O padrão desses quatro estava moralmente muito acima da média dos alunos das escolas monacais e catedrais. Isso é o óbvio. Este já é um ponto para ser alertado. Não se está falando de quaisquer professores, mas de doutores da Igreja, meu Deus do céu! Mesmo que se acreditasse que eles representam a universidade, muito mais que a universidade, eles representam a Igreja.

“Não vejo em que a dissolução do modelo pela ‘discussão racional’ poderia ter contribuído nem para a sua santidade, nem para o fortalecimento do tipo especial de inteligência ao mesmo tempo filosófica e mística que os caracteriza, aquele que não cresce fora e independentemente da graça santificante, mas decorre dela como um dom especial do Espírito.

Também é ingenuidade supor que essas encarnações máximas do gênio escolástico fossem produtos típicos do meio acadêmico, no qual, bem ao contrário, não se ajustaram confortavelmente jamais. Sua inteligência, sua rígida idoneidade, sua compreensão superior dos mistérios da fé e, *last not least*, sua coragem intelectual faziam desses quatro mestres os alvos preferenciais das invejas, mesquinhas e maledicências de seus colegas.

Alberto pulou como um cabrito para que a congregação engolisse, de má vontade, suas teorias aristotélicas sobre o mundo físico.”

Essa é outra coisa, também! Eu já li um monte de idiotas dizer que “o pensamento de Aristóteles dominou a Idade Média”. Mas no século XIII já tinha Idade Média há muito tempo! E o modelo aristotélico nas ciências físicas começa a ser introduzido no século XIII por Sto. Alberto e Sto. Tomás e, passados dois séculos, já é contestado. Então como dominou a Idade Média? Ele teve um

certo prestígio no finzinho da Idade Média, e isso é o máximo. Até Albert Einstein diz isso. No livro *A Evolução da Física* ele diz que o pensamento de Aristóteles dominou a Idade Média durante mais de mil anos. Eu digo: não estudou história, rapaz?

“Boaventura sofreu ataques medonhos de Guilherme de Saint-Amour, um potentado universitário da época, no curso de uma campanha sórdida movida pelo clero secular contra os frades mendicantes.”

Essa campanha teve especial importância para nós. Veremos já por que.

“Quem o defendeu foi Tomás, que depois, também graças a intrigas de acadêmicos, foi por seu turno denunciado como herético por duas vezes (uma delas depois de morto). Duns Scot foi expulso da universidade e teve de fugir de cidade em cidade, ameaçado de morte, por defender doutrinas impopulares e tomar o partido do Papa na disputa com o poder real, hegemônico entre os intelectuais na ocasião. Só cinco séculos depois da sua morte ele foi retirado da lista dos indesejáveis, quando sua grande doutrina da Imaculada Conceção de Maria foi finalmente aceita e se tornou dogma da Igreja. Sua beatificação só veio ainda um século depois disso, em 1993.”

Agora vem o mais bonito, o mais interessante de tudo!

“No mínimo, no mínimo, o Sr. Pinheiro, ao enaltecer as vitórias intelectuais da escolástica acima das virtudes ‘meramente morais’ do monaquismo que o antecedeu, deveria ter tido a prudência de notar que os quatro autores maiores daquelas vitórias, aqueles que acabo de mencionar, não podiam de maneira alguma ser universitários típicos, pelo simples fato de que não eram membros do clero secular que dominava as universidades, e sim, bem ao contrário, vieram das ordens monásticas, nas quais se conservava ainda a disciplina moral das velhas escolas. O contraste entre as mentalidades desses dois grupos era tão [0:30] pronunciado, que os professores ofereciam uma resistência feroz ao ingresso de monges no corpo docente das universidades.”

Foi esse o motivo dos ataques de Guilherme de Saint-Amour a Boaventura. Os quatro: Boaventura, Tomás, Sto. Alberto e Duns Scot eram todos monges. Vieram das ordens monásticas. E as universidades eram refratárias ao ingresso dos monges, eles não queriam monges.

“Bem, sem esse ingresso, a universidade medieval estaria desprovida de Alberto, Tomás, Boaventura e Duns Scot – de tudo aquilo que para nós, hoje, mais nitidamente caracteriza e mais merecidamente enobrece a imagem da filosofia escolástica.”

Sim, porca miséria, os quatro eram monges, intrusos na comunidade universitária!”

Quer dizer, não é que eles foram perseguidos individualmente, por um motivo ou outro. Não! Eles eram perseguidos como corporação. A corporação universitária não aceitava a corporação dos monges. Na época era tudo assim, na base das corporações.

“Como poderiam ser típicos da corporação que rejeitava sua presença, porca miséria!”

Ou seja, a glória da filosofia escolástica se superpõe à universidade e atribui à universidade méritos que não são dela de maneira alguma, mas méritos que foram trazidos de fora, por aqueles mesmos que ela [a universidade] rejeitava, isto é, os monges.

“Longe de ser produtos característicos da universidade da época, como o acredita o Sr. Pinheiro, esses monges severos e devotos, provindos de um meio social diferente, com hábitos e valores contrastantes, se sobrepunham de tal modo àquele ambiente que só a duras penas puderam ali sobreviver e, às vezes postumamente, triunfar. A magnitude de suas realizações intelectuais deve-se menos à atmosfera universitária do que à força de suas personalidades majestosamente centradas, firmadas na fé e na integridade de propósitos, em contraste com a sofisticada tagarelice de seus

colegas, muitas vezes tecnicamente admirável, mas com tanta freqüência inspirada em motivos fúteis e na sedução das novidades heréticas.”

O número de doutrinas heréticas que circulavam na universidade era muito grande. Também o era o número de idéias esquisitas elaboradas por pessoas que tinham recebido os meios técnicos – estudaram lógica e dialética e dominavam essas técnicas que de fato ali eram ensinadas com muito requinte –, mas não tinham a formação moral e religiosa dos monges. Então eram pessoas que estavam mais ou menos perdidas, como Pedro Abelardo ou mesmo Guilherme de Ockham e tantos outros.

Ao passo que esses quatro são de uma solidez tanto na filosofia quanto na religião, e por isto mesmo foram nomeados Doutores da Igreja. Isso quer dizer que o ensino pessoal deles está incorporado à doutrina da Igreja. É doutrina da Igreja. O que um Doutor da Igreja disse é um argumento válido, por exemplo, no Concílio. É como você citar o Evangelho, ou as Sentenças, as Decisões dos Papas. A palavra de um Doutor da Igreja pesa tanto quanto uma Sentença Papal. Então não é simplesmente uma filosofia, nem uma teologia. É doutrina da Igreja. Então, se eles puderam ser incorporados à doutrina da Igreja, é porque tinham uma solidez de pensamento e de conduta que os diferenciavam do meio.

“Quando hoje enxergamos a universidade medieval como um momento luminoso na história da educação, é em grande parte porque os melhores homens que ela rejeitou projetam retroativamente sobre ela o brilho da sua glória, e não ao contrário.”

A imagem da universidade deve a Alberto, Tomás, Boaventura e Duns Scot muito mais do que eles devem à universidade medieval.

“E essa glória, sem dúvida, vem mais das ordens monásticas que os formaram, do que do meio social onde ingressaram já formados, fortes o bastante para desafiá-lo e, a longo prazo, vencê-lo. Se, quando crítico a universidade medieval, o Sr. Pinheiro entende que estou falando mal da filosofia dos grandes escolásticos, é, em parte, por seu desconhecimento da história, em parte por seguir o consagrado erro de ótica que coletiviza os méritos individuais e toma as exceções como regras, como se as cátedras universitárias da época estivessem superlotadas de homens da estatura de Tomás e Alberto, e não de técnicos, burocratas, agitadores, doutrinários de dedinho em riste, bedéis e uma infinidade de puxa-sacos.

Não é culpa do Sr. Pinheiro, é do vício generalizado de entender os grandes homens como ‘produtos do seu tempo’, (...)”

Eu já escrevi contra isso no livro *O Futuro do Pensamento Brasileiro*.

“(...) quando justamente a grandeza deles consistiu em quebrar a redoma da ideologia de época e injetar no organismo da cultura, a um tempo e contra a resistência do ambiente, a sabedoria esquecida de um passado remotíssimo e as mais inimagináveis perspectivas de futuro.”

No livro *O Futuro do Pensamento Brasileiro* eu mencionei isto: como São Tomás podia ser um homem do seu tempo se ele foi muito mais influenciado por uma filosofia de 17 séculos antes do que por qualquer de seus contemporâneos? Foi inclusive influenciado por Santo Alberto no sentido aristotélico, ou seja, Alberto se deixou influenciar por uma filosofia velha de 17 séculos e a repassou a São Tomás, que a entendeu muito mais profundamente do que o próprio Alberto.

Não há alguma idéia ou doutrina contemporânea que tenha influenciado São Tomás mais do que esses dois fatores antiquíssimos, a Bíblia e Aristóteles. Então como pode ter sido homem do seu tempo? Não! Ele era muito maior que o seu tempo. O horizonte de consciência dele se estendia para muito além da ideologia de época e das concepções dominantes, tanto que ele pôde mudar essas

concepções dominantes injetando nelas esses elementos que vinham de uma antiguidade remota e completamente esquecida.

“No caso da filosofia escolástica, toda ela inspirada por aberturas para a eternidade que nenhum condicionamento histórico-social poderia jamais explicar, isso deveria ser perceptível à primeira vista.

Só os medíocres são filhos do seu tempo. Os sábios, os heróis e os santos inspirados são pais dele; são canais por onde a luz da transcendência rompe as limitações do tempo e abre possibilidades que a mente coletiva, por si, jamais poderia conceber. Se a opinião corrente não enxerga isso, é porque o acesso de milhões de incapazes às altas esferas das profissões universitárias obriga hoje a conceber a história *sub specie mediocritatis*.”

Quer dizer, sob a categoria da mediocridade. O medíocre mede tudo na sua escala, então ele quer achar que um São Tomás ou um Santo Alberto é explicável pelos mesmos motivos que o explicam.

“Que Alberto e Tomás revivificassem uma filosofia velha de mil e setecentos anos, fazendo-a enfim predominar sobre o rígido agustinismo dominante, e que Duns Scot, contra vento e maré, antecipasse em cinco séculos um dogma da Igreja, são fatos que deveriam fazer os devotos do condicionamento histórico pelo menos coçar as cabeças, se alguma tivessem.”

Às vezes o sujeito vai coçar a cabeça e não tem nada lá. Mas veja! Cinco séculos! Isso quer dizer o seguinte: contra todo o mundo Duns Scot interpretou a doutrina de maneira correta. Ele entendia a doutrina da Igreja mais do que os seus colegas, mais do que os bispos e os papas, mais do que todo mundo! E aquilo que ele disse acabou se comprovando que era certo e foi incorporado na doutrina da Igreja cinco séculos depois. Como é que alguém pode dizer que ele era um homem do seu tempo?! Não. No mínimo poder-se-ia dizer que ele era um homem do século XIX, porque ele já entendia a doutrina da Igreja tal como veio a ser entendida por muitos concílios e muitos papas depois. Eles tiveram de ler o negócio e dizer: “Pô! Mas o homem tinha razão! É assim mesmo!”

“Mas a esse erro de perspectiva generalizado, que se disseminou ao ponto de infectar até mesmo os manuais escolares, o Sr. Pinheiro acrescenta um outro que, se não é de sua própria invenção, também não é compartilhado pela massa ignara, mas tão somente por uma parte da elite profissional de filodoxos: a idéia de que só existe filosofia na doutrina explícita, desenvolvida, organizada, publicada, racionalmente verbalizada e argumentada até seus últimos detalhes.

A idéia tem origem ilustre. Remonta a Georg W. F. Hegel, o que, convenhamos, impõe algum respeito. Mas, como tantas outras opiniões que herdamos desse genial embrulhão, é completamente falsa.”

Hegel é um cara de um gênio filosófico absolutamente inegável. Mas ele tinha um coeficiente de vigarice. Ele falsificava as coisas, mentia. Por exemplo: ele recebia um dinheiro da maçonaria para dar uma “ajeitada maçônica” numas idéias e ele topou! [0:40] Em segundo lugar, era um homem duma vaidade intelectual monstro que fazia de si próprio o topo e culminação do processo histórico inteiro, não só da história da filosofia! A história da humanidade culmina em Georg Wilhelm Friedrich Hegel! Ele diz isso! Tanto que o Eric Voegelin diz que isso não é filosofia, isso é bruxaria.

Mas genial Hegel é. Ademais ele dá muitas lições de técnica filosófica absolutamente admirável, sobretudo quando ele faz a análise de pontos específicos da história do pensamento, da cultura ou da religião. O homem evidentemente é um gênio assombroso, mas não é um professor confiável. É um cara que pode te dar um domínio técnico, mas não para ser seguido nas conclusões.

E Hegel dizia, entre outras coisas, este ponto: que a filosofia só existe na forma do sistema. Seria preciso ver o sistema inteiro e o lugar de cada tese separada dentro daquele sistema. Bom, em parte isto é verdade, mas não quer dizer que o sistema inteiro tenha de estar exposto, verbalizado. Pode haver um sistema implícito, onde existem sentenças soltas, mas que formam um sistema no fundo, que não está publicado, dito, mas que é possível, por assim dizer, desentranhar – para usar esse verbo espanhol tão bonito, tão expressivo. Desentranhar: puxar de dentro das entranhas.

[Isto, desentranhar] é o que nós somos obrigados a fazer, por exemplo, com a filosofia dum Nietzsche. O Nietzsche diz uma coisa aqui, outra ali, mas não tem algum princípio de coerência embaixo? Tem, mesmo que não seja coerência perfeita, como não é, mas a filosofia dele vai além do que ele disse e você é que tem de puxar dali de dentro.

É verdade que a filosofia só existe como uma forma de um sistema. Ela tende a um pensamento sistêmico. Mas esse sistema não precisa estar explicado em todos os seus detalhes. Repare a própria filosofia de Leibniz, que é uma das mais organizadas, mais sistêmicas do mundo. Ele nunca escreveu uma exposição com começo, meio e fim. Escrevia uma carta para seu fulano, uma resposta a seu ciclano, uma anotação que era deixada na gaveta, e ficou tudo aquela bagunça. Para perceberem que existia ali um fundo de coerência passou dois séculos. Quem teve o mérito de chamar a atenção para o caráter sistêmico da filosofia de Leibniz foi, aliás, Bertrand Russell, o qual a entendeu errado, mas teve o mérito de perceber a unidade que está não no texto, mas no fundo do pensamento de Leibniz.

O próprio Aristóteles. Nós não temos um livro de Aristóteles. Só temos pedaços de apostilas, que ele anotava para depois desenvolver em aula. Não se tem a menor idéia de como ele desenvolvia aquilo. E, no entanto, é óbvio que existe, pelo menos, uma tendência de unidade sistêmica no fundo do pensamento de Aristóteles.

Foi Hegel o primeiro que chamou a atenção para esse caráter sistêmico da filosofia, e isto se incorporou, mais ou menos, na mentalidade filosófica. Tanto que depois, quando surgiu uma discussão sobre se Aristóteles tinha uma filosofia ou duas – ou seja, se ele mudou de idéia no decorrer da sua vida, como afirma a tese das duas filosofias de Aristóteles, inventada por Werner Jaeger – os adeptos da tese contrária – da unidade da filosofia de Aristóteles – como Moreau ou Weil diziam que, por ser Aristóteles um filósofo, seus textos teriam de ser lidos como se tendessem a um sistema, porque essa é a natureza do pensamento filosófico. Só se, na tentativa de se unificar aquelas várias partes, houver falha completa, então será permitido supor que o sistema está incompleto, ou houve incoerência, ou o sujeito mudou de idéia.

Remonta a Hegel esta idéia de que a filosofia não pode existir sob a forma de uma insinuação isolada, de uma sentença poética, ou de uma intuição separada, mas tem de atender a uma forma sistêmica. E esta idéia está, de certo modo, disseminada não na sociedade em geral, mas no meio dos estudantes de filosofia. É a isso que, sabendo ou não, o Joel Pinheiro está se reportando.

“Sem mencioná-la expressamente nem citar-lhe a fonte (que talvez nem mesmo conheça), escreve o Sr. Pinheiro, como se impellido mediunicamente pelo espírito de Hegel:

‘O foco na relação mestre-discípulo e na sabedoria não-verbal, e que, por isso, não poderia ser escrito sem ser traído (...)’

Desculpem-me pela concordância. Os erros de concordância são uma das constantes do pensamento filosófico de Júlio Lemos e Joel Pinheiro. Eu acho que o sujeito que não sabe concordância verbal, que não tem a idéia da integridade física do texto, muito menos vai ter a verdadeira idéia de sistema e de unidade filosófica.

‘(...) nos aproxima novamente dos sonhos tradicionalistas e perenialistas, dos sistemas simbólicos esotéricos e da imersão em tradições orais. Mas filosofia é perseguir avidamente o real, e isso é fuga consumada. É estranho que ele [Olavo de Carvalho] e tantos de seus seguidores continuem a ter esse tipo de fantasia como ideal de vida e de formação filosófica.’”

Dizia Hegel: se você pergunta por uma árvore, não se satisfaz se lhe mostram uma semente. Também dizia: aquele que, numa discussão, apela à sabedoria secreta do seu guru interior é um inimigo da humanidade. Isto quer dizer que tudo tem de poder ser explicitado, desenvolvido logicamente e provado, senão não é filosofia. A isso digo sim e não. O ideal é que seja assim, mas o que faríamos com os pré-socráticos, por exemplo? Não tem nenhum deles que fez isso, e, no entanto, vêm deles idéias filosóficas muito úteis e algumas que se perpetuaram e se tornaram clássicas. A própria idéia do ser. A doutrina do ser e do não-ser de Parmênides, não é bem uma doutrina. É um símbolo poético que ele colocou exatamente num poema, onde faz uma viagem celeste e descobre que para além do mundo da mutabilidade existe o ser eterno. Esta idéia do ser eterno se incorporou à filosofia e está aí até hoje, e ela não foi exposta como uma doutrina explícita e desenvolvida, mas como uma imagem poética. Outra imagem poética que se incorporou é a do Heráclito: o *panta rei*. Tudo flui, tudo está em constante mudança. É uma idéia que também se incorporou nas discussões filosóficas, inclusive do próprio Hegel.

Procurar esta dialética, este jogo da permanência e da mudança, do ser e do não-ser (ou do semi-ser), isto é uma constante na história da filosofia, e isto foi inaugurado por dois caras que nunca apresentaram um sistema desenvolvido, e, sim, intuições soltas. Claro que podemos dizer que é melhor para nós se o filósofo apresentar suas idéias plenamente desenvolvidas, e não somente a semente intuitiva delas. É melhor para nós! Mas isso não quer dizer que se ele ofereceu somente a semente ele não fez nada. Mesmo porque a árvore está inteirinha na semente. O próprio pensamento de Hegel demonstra isso. É claro que, se você pergunta por uma árvore e alguém lhe mostra uma semente, você não se satisfaz com isso. Porém você não pode dizer que o sujeito que lhe mostrou a semente mentiu, porque a semente de um carvalho não é a de um pinheiro, não é a de uma jabuticabeira, ou seja, a forma final da árvore está determinada já na semente. E a própria filosofia do Hegel é uma ilustração disso. Quando ele afirma: “a essência de uma coisa é aquilo em que ela se tornou no fim dum processo”, o que quer dizer? Que a essência de uma semente de jabuticabeira é a jabuticabeira final que está contida dentro dela. Você não pode dizer que a árvore não está contida na semente. Não faz sentido. Mas, de qualquer modo, esta idolatria da filosofia plenamente exposta se incorporou no ensino da filosofia desde Hegel.

Um dos resultados dela foi o famoso método Martial Guérault da análise de texto que eu já comentei em outras aulas, no qual ele diz: “nós não temos de procurar as intuições profundas que o sujeito teve; temos que ver o que está dito no texto; então, [0:50] a análise de texto é tudo. A isso digo sim e não, porque assim se está pressupondo que o filósofo teve tempo, ocasião e talento de se explicar inteiramente. No caso que Guérault analisa, de Descartes, é verdade. Porém têm muitos aspectos da filosofia cartesiana que o texto não revela, mas encobre, como eu mesmo demonstrei nas minhas aulas sobre Descartes. Por exemplo, aqueles elementos dos três sonhos de Descartes. Seus três sonhos dizem muito mais sobre a filosofia inteira de Descartes do que qualquer coisa que esteja nos seus textos porque nestes ele está encobrindo a inspiração teológica do conjunto sob uma argumentação que não é teológica. O problema dele é que estava discutindo com o Diabo. Em geral os comentaristas explicam a idéia do gênio mal como se fosse um artifício retórico de que Descartes se serviu para explicar uma idéia filosófica, quando, estudando pela biografia o caso dos sonhos, nós vemos que a idéia do gênio mal foi a inspiração inicial de Descartes e ela ocupa uma posição central na filosofia dele. Não é artifício de maneira alguma! Sabemos disso pela análise do texto final? Não. Sabemos pelo estudo de uma narração biográfica que ele deixou num caderninho encontrado muito tempo depois.

Entretanto, de qualquer modo a idéia da filosofia como sistema plenamente desenvolvido está disseminada nos meios mais pedantes e, naturalmente, chegou à cabeça do Joel Pinheiro. Então, com base nisso ele diz que a imersão na sabedoria não-verbal é um sonho perenialista e é uma fuga do real, um tipo de fantasia...

“Na galeria universal das condutas vexaminosas, poucas se comparam ao gosto que os brasileiros têm de se fazer de superiores àquilo que não entendem.”

Isso é característico. Uma das maneiras mais clássicas de fazer isso é você resolver o problema com uma frase curtinha e não tocar mais no assunto. Frase na qual você se faz de superior e que, por dizer aquilo de uma maneira tão compacta, decisiva, final, peremptória, termina inibindo o ouvinte de tentar pensar que pode não ser assim, ou de tentar examinar melhor.

Por exemplo, o senhor Júlio Lemos, sobre a filosofia de Lavelle, diz “não gostei”, e ponto final! [A reação do ouvinte:] “Não se fala mais nisso! Se o Júlio Lemos não presta atenção nisso, eu também não vou prestar.” A filosofia do Mário ele resolve com três palavras: “não me convence”. Ponto final. Ora, um filósofo que é objeto de um julgamento tão peremptório e tão rápido talvez não mereça mesmo atenção. E assim se deixa de analisar a filosofia do Louis Lavelle e a do Mário Ferreira dos Santos. E este é o cara que diz que tudo tem de ser provado, que o que vale é a demonstração racional etc. Mas está claro que isso não é a demonstração racional, isso é uma ostentação de importância. É um efeito psicológico obtido sobre a platéia. Isso quer dizer que eles têm essa idolatria do texto totalmente explicitado e demonstrado, mas na prática eles não podem seguir isso. Ninguém pode, na verdade.

“Nem todos os nossos compatriotas padecem desse vício, menos ainda são aqueles que o trazem do berço, mas muitos o adquirem logo no começo da vida adulta, sob o nome de ‘formação universitária’.”

A formação universitária consiste em grande parte em se imitar a posse e a entonação de seus mestres. Os que já ouviram conferências antigas do Paulo Sérgio Pinheiro ou do Fernando Henrique Cardoso ou de qualquer dos professores clássicos da USP verão que existe um certo tom de pedantismo, de infinita superioridade, que as pessoas logo aprendem, que incorpora.

O brasileiro tem um talento mimético. Isto é importante para o aprendizado, porque diz-se que a imitação é a mãe do aprendizado. Se a criança não imitar o adulto falando não aprenderá a falar jamais. Se desde o início se recusar a usar as palavras que os pais usam, mas querer usar suas próprias palavras, eu vou falar: “dançou”! Um dos meus filhos, o Tales, fez isso. Quando ele era pequenininho tinha todo um vocabulário próprio no qual, por exemplo, havia distinção entre insetos que voavam e os que caminhavam. Os insetos que caminhavam se chamavam “dídiche”, e os insetos que voavam se chamavam “fufu”. E assim por diante, tudo tinha um nome diferente. Para entendermos o que ele falava foi “um osso”. A coisa só melhorou quando ele começou a usar a nossa linguagem, e não a dele.

A imitação tem o seu lugar. Para os alunos aprenderem a escrever eu recomendo que imitem os estilos dos grandes escritores. Com as imitações de vários escritores, uns após os outros, você vai compondo o seu estilo. Quer dizer, usando ferramentas, instrumentos criados por eles, você depois os arranja, faz um arranjo original. Em matéria de linguagem só se pode ser original no arranjo, os elementos são os mesmos pra todos. Você os arranja numa ordem diferente.

Mas quando a imitação se torna a finalidade do aprendizado, e o sujeito acha que, tão logo aprendeu a imitar, acabou o serviço, dá nisso. Você imita, mas não sabe de onde as coisas saíram. Não é imitar só a superfície. Por exemplo, lembro que quando conheci Herberto Sales ele estava copiando

trechos de Marcel Proust para ele aprender. Mas ele não imitava simplesmente, escrevendo do jeitinho de Marcel Proust. Ele queria saber “como foi que Marcel Proust fez isso?”. O que ele tinha que fazer para entender isso? Tinha de remontar, desde a expressão escrita até a percepção originária, e saber como que Marcel Proust, partindo dessa percepção, criou esta fórmula verbal. Então ele tinha de imaginar a percepção por trás da expressão verbal, e daí ele aprendia a fazer o truque. Não na imitação de superfície, mas pela revivescência da experiência profunda. É assim que se faz a verdadeira imitação. Imita-se para se aprender como o sujeito fez, e não simplesmente pegar o produto pronto e repassar, dizendo que é seu. Aí não é mais imitação, é sacanagem. Não é mais aprendizado.

O que esses camaradas fazem é isso. Eles repetem coisas que eles ouviram, e que circulam no meio filosófico universitário como se fossem verdades consagradas. Mas eles não sabem de onde essas verdades saíram, se é que são verdades. Então repetem coisas cujo significado último – cuja substância – eles não conhecem. Demonstrarei daqui a pouco como é que isso funciona.

“As palavras do Sr. Pinheiro, que soam tão óbvias e inquestionáveis aos seus próprios ouvidos, contêm embutida uma multidão de problemas cabeludos que ele nem mesmo percebe.”

O primeiro teste numa discussão é você saber se o interlocutor entende o que ele está falando. Saber se ele entende do assunto já é uma segunda etapa. Mas quando o sujeito não percebe as implicações imediatas do que ele está dizendo, então certamente você está discutindo com um boneco de ventríloquo, e nesse caso é melhor mandar o boneco calar a boca e chamar logo o ventríloquo. Se o sujeito está repetindo Hegel, digo que não discutirei com ele, mas com Hegel, porque ele sabia o que estava falando, enquanto você simplesmente repete sem saber do que se trata, sem saber os limites daquilo que ele disse.

“1. Desde logo, se excluirmos da área de estudos filosóficos sérios as tradições orais, teremos de dizer adeus não somente a boa parte do platonismo, mas a todo o ensino universitário que não esteja registrado em textos.”

Não quer tradições orais? Então acaba com o ensino universitário, meu filho.

“A única razão de ser das universidades, aliás, é justamente aquela parte do treinamento intelectual superior que não pode ser obtida pela mera leitura, mas requer o contato direto entre mestre e discípulo. Se não fosse assim, as instituições universitárias poderiam, com vantagem, ser fechadas e substituídas pela indústria editorial.”

Bastaria ter o livro à disposição, não seria mais preciso a universidade. Se o ensino oral e o contato mestre-discípulo não acrescenta nada, para que universidade, meu Deus do céu?

“Isso vale não só para o aprendizado filosófico, mas também para as artes, as técnicas e as ciências. E, em todos esses casos, falar de contato direto é incluir aí uma parcela indispensável de comunicação não verbal. Hoje em dia não há pesquisa [1:00] científica que não exija o uso de instrumentos cujo manejo requer a longa prática junto a um técnico habilitado que pouco poderia transmitir a seus alunos só pela instrução verbal, sem o contato visual e manual com os equipamentos e sem socorrer-se de gestos, posturas, entonações e olhares cuja tradução em palavras seria praticamente impossível.”

É fácil o teste. Imagine qualquer sujeito mostrando o funcionamento de uma máquina. Mas tire a máquina dali e tente encontrar o equivalente verbal de todas as peças que ele indicou, de todos os gestos que ele fez, e até da direção do olhar – que o discípulo imita. É impossível! Você escreveria uma coisa do tamanho das obras completas de Shakespeare e não teria acabado de expressar aquilo.

“Se não fosse assim, qualquer um poderia formar-se técnico em tomografia computadorizada, em microscopia estereoscópica ou em galvanometria balística pela simples leitura de manuais de instruções. Poderia também tornar-se cantor de ópera, pintor ou dançarino sem jamais ter presenciado um exemplo vivo de como se canta, se pinta ou se dança.”

Eu, por exemplo, tive a ocasião de estudar os dois livros do Constantin Stanislavski: *A Construção do Personagem* e *A Preparação do Ator*. Mas depois eu vi como o Eugênio Kusnet – que tinha estudado com Stanislavski – treinava os atores. Eu só entendi o Stanislavski quando eu vi o sujeito fazendo. Só pela leitura do texto ele podia imaginar uma coisa completamente diferente e fazer totalmente errado.

Claro, há coisas que você pode ensinar inteiramente pelo texto. Por exemplo: matemática. Para se entender um tratado de matemática não é preciso ver o professor fazendo os cálculos na lousa, porque esses mesmos cálculos são iguais aos que estão no livro. Mas há muita coisa que não se pode aprender assim. Por exemplo: o manejo dos equipamentos usados na pesquisa física. Não é possível passar isso só por ensinamento verbal.

“O peso desse fator é tão crucial na investigação científica, que negligenciá-lo pode destruir as mais belas esperanças das ciências de constituir-se em conhecimento objetivamente verificável. Uma verdade, em ciência, não vale nada enquanto não se transforma numa crença coletiva subscrita pela comunidade dos cientistas profissionais, mas, como assinala Theodore M. Porter, ‘a prática científica diária tem tanto a ver com a transmissão de habilidades e práticas quanto com o estabelecimento de doutrinas teóricas’.”

Ou seja, explicar as teorias não basta. É preciso desenvolver certas habilidades no sujeito.

“Nos anos 50 do século passado, Michael Polanyi – um sujeito que era físico e filósofo – já enfatizava que a pesquisa científica envolve um tipo de ‘conhecimento tácito’ – quer dizer, um conhecimento inexpresso – que não pode sequer ser formulado em regras. ‘Na prática [prosegue Porter], isso significa que os livros e os artigos de revistas científicas são veículos necessariamente inadequados para a comunicação desse conhecimento, uma vez que [diz ele] aquilo que mais interessa não pode ser comunicado em palavras’ – ou seja, o manejo dos instrumentos. Elimine-se a transmissão não-verbal, portanto, e toda via de acesso à investigação científica estará fechada de uma vez por todas.

Como se vê, a investida do Sr. Pinheiro contra o não-verbal nasce da ojeriza irracional ante puros estereótipos da cultura vulgar.”

Ele diz: “Conhecimento não-verbal? É iniciação, é tradicionalismo, é esoterismo. Eu sou contra!” Mas perceba que mesmo que alguém seja contra esoterismo, ocultismo ou tradicionalismo, não pode jogar fora a tradição não-verbal. Então o problema não é tão esquemático quanto ele está pensando, ou seja, ele não examinou o assunto. Fazer uma investida, uma tirada, contra o ensinamento não-verbal é uma coisa totalmente irresponsável, coisa de moleque, de quem jamais examinou o assunto.

Para examinar o assunto, primeiro tem de se ver o papel da comunicação não-verbal em geral, em todo o ensinamento. Depois você precisa analisar como é essa transmissão não-verbal no caso da educação moral pelo exemplo; e qual é o elemento não-verbal que está presente no caso específico da filosofia, se é que está, e se esse elemento pode ser jogado fora sem dano para a filosofia.

Então, vejamos aqui:

“2. No caso específico da filosofia, o papel do contato pessoal, dos círculos de amizade e das lealdades corporativas na formação das escolas e correntes filosóficas, bem como na assimilação e

modelagem mental dos recém-chegados, é hoje um consenso amplamente admitido nesse importantíssimo ramo de estudos que é a sociologia da filosofia.”

[Este ramo de estudos] Foi inaugurado por Randall Collins no livro *The Sociology of Philosophies*. O livro, acho, que é de 1966, mas a minha edição é posterior.

“Importantíssimo não só para os sociólogos como para os filósofos mesmos: o filósofo que ignore as bases sociais da sua existência profissional é como um boneco de ventríloquo limitado à triste função de fazer eco a influências que não sabe de onde vieram nem para aonde levam. Ouso dizer que na classe acadêmica brasileira essa ignorância é quase obrigatória.”

E por que é obrigatória? Porque, se você for fazer uma sociologia da profissão universitária, e especificamente uma sociologia do ensino universitário da filosofia, você terá de reconhecer que a corporação dos filósofos, especialmente dos professores de filosofia e ciências humanas, é uma força social agente. Ela não é um mero eco da história, e eles estão errados em dizer que “existe uma história social e econômica que está sendo feita pelos burgueses, proletários, classe média etc., e nós estamos aqui apenas observando.” Não. Eles não são apenas observadores, são forças agentes. Então, portanto, as suas ações têm conseqüências. Acontece que, se eles enxergarem claramente o mecanismo das ações que estão desempenhando na sociedade, perderão um dos privilégios da ação política, que é justamente a discrição ou o segredo. Ou seja, terão de revelar o próprio segredo, quer dizer: “Nós estamos agindo assim e assim, e as conseqüências foram tais.” Pior, terão de assumir responsabilidades pelas conseqüências das suas ações. Então é mais negócio para eles ficarem como um observador, um *Deus ex machina*, onde se está fora da máquina e tudo o que acontece não é responsabilidade sua.

Então é incrível que nas faculdades de ciências sociais, de sociologia, não exista uma sociologia das faculdades de sociologia. Quer dizer, eles fazem a sociologia de tudo, menos deles mesmos. Então se mantêm numa maravilhosa invisibilidade sociológica, o que permite que seus estudantes sejam formados numa mentalidade cem por cento alienada. É uma alienação que os torna instrumentos ideais da ação alheia. O sujeito não sabe de onde vêm as ordens, nem para onde conduzem, mas obedece, porque ele está agindo numa sociedade que, na cabeça dele, só tem burgueses, proletários, classe média, forças armadas, mas não há intelectuais. Não existe uma sociologia da intelectualidade universitária no Brasil. Ela está praticamente proibida.

E é por isto mesmo que é possível acontecer isto que hoje mesmo o Silvio Grimaldo me mandou: o resultado de uma pesquisa que mede o coeficiente de produtividade acadêmica, de desempenho acadêmico, e de ativismo militante. E a proporção é mais ou menos de 0 para 100. É zero de desempenho acadêmico e cem de ativismo político. Como é possível isto? Isto só é possível se os sociólogos não estudarem a sociologia deles mesmos enquanto classe. Então eles acreditam que estão desempenhando atividade acadêmica quando na verdade estão fazendo outra coisa sem se perguntar: o que nós estamos fazendo e qual a conseqüência que isso tem sobre a sociedade em geral? Se fizerem isso ficarão horrorizados, então eles têm de viver na ignorância de si próprios, porque esta ignorância é a condição essencial para que eles continuem sendo instrumentos de ações políticas cuja origem e finalidade eles mesmos não entendem.

“Mais relevante ainda, sob esse aspecto, é o estudo de como se formam e se desfazem os prestígios pessoais que marcam indelevelmente o perfil histórico da filosofia num dado período. Como foi possível, por exemplo, que certos filósofos (ou filodoxos) alcançassem uma audiência muito maior, nas universidades e fora delas, do que seus contemporâneos mais habilitados, produzindo [1:10] linhas de influência duráveis e verdadeiras tradições de pensamento, enquanto as obras de seus concorrentes caíam no completo esquecimento?”

Por exemplo, por que Henri Bergson se tornou tão famoso e é lido até hoje enquanto o seu contemporâneo Louis Lavelle foi completamente esquecido? Na última vez que estive na França, em 1999, entrei na livraria Avan, que é a livraria filosófica mais famosa da França, e perguntei das obras do Louis Lavelle. Nenhum dos lojistas conhecia Louis Lavelle, embora a Avan mesma tivesse publicado. Depois, procurando, acharam, mas eles não sabiam o que era. Ou seja, aquilo não fazia parte da sua educação universitária. Aquilo tinha sido esquecido. Qual foi o critério de seleção?

É evidente que, depois que você estuda um e outro, só um cretino como Júlio Lemos pode achar que resolveu o problema com um “não gostei”. Ele pensa que isso aqui é um doce, um prato de comida ou um vinho que se pode dizer “Eu gostei” ou “Não gostei”? Então quando examina uma coisa, Louis Lavelle é de uma competência filosófica monstruosamente superior à de Henri Bergson. Mas aí entra o problema do grupo de influência. Quem cercava um e outro? Como se produziu aquela fama?

“Seria uma ingenuidade imperdoável pensar que se trata aí de puros ‘fatores externos’ alheios ao ‘valor intrínseco’ ou ao ‘conteúdo filosófico propriamente dito’ das obras em questão. A população estudantil só tem acesso ao ‘conteúdo filosófico propriamente dito’ das obras que lê, não das que ignora – e a seleção reforça, automaticamente, as influências intelectuais dominantes, consagrando como decretos inquestionáveis da natureza das coisas os critérios de ‘valor intrínseco’ que aí prevalecem e, portanto, a visão da história da filosofia, às vezes barbaramente subjetiva e enviesada, que aí se toma como expressão direta e óbvia da verdade dos fatos.”

Por exemplo, quem são os filósofos mais importantes? Bom, o critério dos professores geralmente é: os filósofos mais importantes são aqueles que nos influenciaram. Então são aqueles de quem nós gostamos. Outro critério: aqueles que mais influenciaram o curso da história, sobretudo da história política. A isso digo: escuta, mas quem disse que a massa ignara se deixou influenciar precisamente pelas idéias melhores, e não pelas piores? Você veja as doutrinas racistas, de Houston Chamberlain, Gobineau e tantos outros. Essas idéias influenciaram tanta gente que provocaram uma guerra mundial, meu Deus do céu! Então elas são importantes historicamente, mas se perguntar quanto valem, não valem nada! Igual ao comunismo, a promessa do paraíso socialista. Um terço da humanidade caiu sob o domínio dessa porcaria. É importante porque foi seguido por bilhões de idiotas. Agora se você falar em valor intrínseco, então o critério tem de ser cientificamente defensável. Por exemplo, eu acho que um critério de valor intrínseco da filosofia é o domínio que o filósofo mostra da técnica filosófica, tal como a expliquei, no sentido que eu a expliquei numa outra aula. Ao falar da técnica filosófica não me refiro à lógica, nem da história da filosofia, mas de certas atividades que diferenciam a atividade de um filósofo da atividade, digamos, de um professor de história.

O domínio da técnica filosófica é essencial. Eu posso dizer que Hegel é um grande filósofo porque ele domina aquilo. Então a discussão começa daqui para diante. Para ele ser um filósofo ele precisa dominar a sua técnica, assim como para o sujeito ser aceito como um cantor ele precisa dominar a técnica de cantar. Tem de saber cantar. Bom, existem pessoas que dominam mais [essa técnica], existem pessoas que a aperfeiçoam, outras que a transcendem de uma maneira inexplicável. Há pessoas que fazem arranjos técnicos aparentemente inaceitáveis e, no entanto, funciona. É onde o sujeito domina e transcende a técnica. Na filosofia também acontece isso. Mas o dominar a técnica é a base, é o *bottom line*. Ou seja, tem de ser discutido daí pra cima. Tanto Hegel como Santo Tomás de Aquino dominam a técnica. A diferença é que Hegel usa a técnica para fazer sacanagem, enquanto Santo Tomás de Aquino não. Aí já melhorou.

Mas o critério de valor intrínseco não consiste, como esses imbecis pensam, em se isolar o conteúdo propriamente dito da filosofia, das condições externas que as determinaram, inspiraram e limitam. Ao contrário, você não pode se esquecer de que publicar um livro de filosofia é uma ação exercida na história. Um livro de filosofia é publicado para ele ser lido, e para modificar, aprofundar,

fortalecer ou dissolver as concepções que as pessoas já têm das coisas. Publicar um livro de filosofia é agir historicamente. Agir, às vezes, de uma maneira muito mais decisiva do que qualquer ação política. Imagine os políticos que eram contemporâneos de Immanuel Kant. Por exemplo, Napoleão Bonaparte, que era mais ou menos da mesma época. De tudo o que este fez, o que sobrou? Já foi tudo apagado! Mas *A Crítica da Razão Pura* ainda está influenciando gente. E muita gente! Então a publicação d'*A Crítica da Razão Pura* foi uma ação histórica decisiva e de efeitos enormes. Como se pode dizer que o conteúdo intrínseco é alheio ao ambiente histórico-social? De jeito nenhum! Não que o ambiente histórico-social o determine. Não é assim. Em alguns casos determina, em outros não. Não que se possa invalidar uma idéia pelo contexto histórico-social. Mas é preciso conhecer a tensão dialética entre o que está dito no livro, a ação que o determinou, e a ação que ele determina. Tudo isso tem de ser levado em conta ao mesmo tempo.

“Ora, quando procuramos investigar como se formam aqueles prestígios, descobrimos, invariavelmente, que o mecanismo principal que os origina são os círculos de relações pessoais, onde os interesses corporativos e as lealdades politicamente interesseiras se mesclam indissolúvelmente ao culto devoto de personalidades carismáticas, envolvidas, no mais das vezes, sem merecimentos objetivos que o justifiquem numa aura de sapiência mística que separa rigidamente os iniciados e os profanos.”

Isso quer dizer o seguinte. Suponha um sujeito que escreve e publica um livro de filosofia. Você pensa que esse livro vai influenciar o público diretamente. Sai da mesa do autor para o público, e daí é comentado na imprensa por pessoas que não conhecem o autor, e é lido por estudantes e professores que também não conhecem... Não é assim. Em primeiro lugar, como é que você consegue que o seu livro de filosofia seja publicado? É através das relações pessoais, não há outra maneira. Entre o autor e o editor você já tem a mediação do círculo de relações pessoais. Seu livro tem de ser recomendado – às vezes até empurrado – para o editor. Também as resenhas não aparecem sozinhas, existe todo um sistema de promoção. O círculo de amizades, de relações próximas do autor, vai procurar os críticos e diretores de revistas e dizer: “Mete aí uma nota sobre o fulano”, às vezes na base da troca de favores.

Ou seja, a sociologia do prestígio filosófico revela que tudo depende dos círculos de relação direta, e depende muito pouco do “valor intrínseco” da obra. Se dependesse disso, então um livro como *As Duas Fontes da Moral e da Religião*, de Bergson, que está repleto de erros primários, embora tenha algumas idéias grandes também, nunca teria alcançado um círculo maior do [1:20] que *A Dialética do Eterno Presente*, de Louis Lavelle, que é um livro praticamente inatacável linha por linha. É muito difícil você refutar qualquer coisa que o Lavelle disse ali. Sem contar que o Lavelle domina a técnica filosófica num nível que Henri Berson jamais alcançou.

Henri Bergson às vezes é muito bom psicólogo, mas filosoficamente é muito furado. O próprio conceito que ele tem de intuição, eu confesso, faz-me rir. Ele não sabe o que é intuição. Ele viu certos aspectos de uma coisa que ele chama de intuição, e vai dizer que a conceituação racional faz abstração de certas coisas e cristaliza um conceito parcial, enquanto a intuição capta o objeto inteiro. Hã? Intuição do objeto inteiro? Meu filho, eu lhe mostro uma banana, e duvido que você possa ter intuição de uma banana inteira! Nós entramos aí no problema do círculo de latência. O que é o objeto formal da intuição é apenas o aspecto que você apreende. É sempre assim. Ou seja, se não existisse uma terceira modalidade de conhecimento que não é nem racional nem intuitivo – é o que eu chamo de conhecimento por presença – a própria intuição seria impossível. Isso é uma coisa fácil de verificar. No entanto Henri Bergson escreve sobre a intuição a vida inteira e não percebe isso. Não percebe que não é possível termos a intuição da totalidade de uma banana, nem a intuição da totalidade de uma bola, nem a intuição da totalidade de um rolo de papel higiênico! O Bergson está cheio de erros primários, o que não quer dizer que às vezes não tenha percepções majestosas. Mas não tem aquela solidez filosófica da obra do Lavelle.

Então porque o Bergson se tornou tão famoso e o Louis Lavelle não? É simples: um estava num meio social correto e o outro não. Por exemplo, dentre os filósofos franceses das últimas décadas, que a partir dos anos 60 se tornaram famosos, tem um sujeito chamado Georges Gusdorf, que eu acho maravilhoso, de uma riqueza incrível, e que escreveu uma história das ciências humanas que é um negócio de você cair de costas. Pergunto: por que o Gusdorf não ficou tão famoso quanto Michel Foucault, por exemplo, que está cheio de erros primários, embora também tinha uma ou duas “sacações” incríveis. É simples: o Georges Gusdorf foi professor de uma universidade de interior enquanto Foucault estava lá em Paris no meio do círculo dos formadores de opinião. Este fator que é a convivência pessoal, não pode ser abolido na história da filosofia de jeito nenhum!

“Estudando a carreira de quatro dos mais prestigiosos pensadores do século XX que ele denomina ‘os mestres malignos’ – Wittgenstein, Lukács, Heidegger e [Giovanni] Gentile –, e perguntando por que suas sombras encobriram os vultos de seus contemporâneos igualmente capazes, ou mais capazes, o filósofo australiano Harry Redner conclui:

‘Em última análise, o que distinguia os mestres malignos de seus colegas não menos capacitados era uma personalidade carismática que acabou por fazer tantas gerações de amigos, seguidores e estudantes prosternar-se diante deles com temor reverencial.’”

Eis aí a influência direta do mestre sobre o discípulo. Influência pessoal. Você conversa com o cara dez minutos, fica impressionado e diz: “Ele é um gênio”. Você tem a impressão de que o sujeito é um gênio, mas [esta impressão] não tem nada a ver com o conteúdo da sua filosofia. Nietzsche certamente, para quem o conhecia de perto, parecia um gênio, mas a sua filosofia está toda furada!

“Quase todos os que encontraram um mestre maligno sentiram estar em presença de um gênio. Eles tinham essa capacidade de impressionar desde o início de suas carreiras...”

Ou seja, antes de terem produzido as suas obras. Tem o depoimento do Frank Raymond Leavis, que foi um amigo-inimigo de Wittgenstein desde o início. Já contei pra vocês aquele primeiro encontro deles, em que a primeira impressão que o Leavis teve do Wittgenstein é que era um sujeito de uma vaidade, de uma arrogância, absolutamente monstruosa. Um sujeito cantou alguma coisa lá e o Wittgenstein humilhou o cara, o coitado do rapaz. E daí o Leavis “passou-lhe um sabão” dizendo: “Isso não se faz, você é um arrogante metido!”. E o Wittgenstein, como bom arrogante, quando enfrentado se intimida, e daí ele chegou para o Leavis e disse: “Ah! Nós precisamos nos conhecer melhor!” E o Leavis respondeu: “Não vejo a menor necessidade disso.” Daí o Wittgenstein gamou, o que já mostra que era um sujeito que não “batia bem os pinos”.

Essas primeiras impressões, esses encontros, que aparecem nas biografias muito tempo depois, às vezes foram decisivos para a fama do sujeito, antes mesmo de ele publicar sua obra.

“É difícil pensar em qualquer filósofo do passado [prossegue Redner] que tenha sido tão reverenciado em seu tempo como eles o foram.”

É curioso você ver isso. Em torno de São Tomás de Aquino não tinha nenhum círculo de puxa-saco como tinha em torno de Wittgenstein ou Heidegger. Não havia aquele deslumbramento, mesmo entre aqueles que o achavam santo. Era normal ser santo, tinham tantos na época. Ninguém ia ficar de calcinha molhada só porque o sujeito é santo.

“Os seguidores que se formavam em torno de cada um dos mestres malignos têm alguns dos traços dos círculos mais estreitos e mais amplos de qualquer movimento carismático. Cada um deles esteve rodeado de círculos esotéricos e exotéricos de amigos e seguidores. Mais perto do mestre estava um grupo de discípulos ou companheiros próximos; mais à distância havia os simpatizantes

e companheiros-de-viagem; e em volta desse núcleo estava a massa dos estudantes e leitores interessados.”

Termina a citação do Redner. Volto eu:

“Na formação desse culto não faltava jamais a força do elemento mágico, manipulado com requintes cênicos de sedutores profissionais. Na ascensão de Martin Heidegger, Karl Löwith [que é um homem – um filósofo – de uma honestidade exemplar] destaca o poder da sua arte de encantamento que ‘atraía personalidades mais ou menos psicopáticas’. Nas conferências que proferia, ‘seu método consistia em construir um edifício de idéias que em seguida ele mesmo desmantelava, de novo e de novo, para desnortear os ouvintes fascinados, só para no fim deixá-los completamente no ar’. Qualquer semelhança com os procedimentos retóricos do esoterista armênio George Ivanovitch Gurdjieff *não é* mera coincidência.”

Gurdjieff fazia exatamente a mesma coisa. Está narrado nas memórias do Uspenski e de outros.

“Gurdjieff levava seus discípulos a mais completa impotência intelectual mediante a prática de expor complexos sistemas cosmológicos, acompanhados das demonstrações matemáticas mais sofisticadas e, quando a platéia se sentia diante mais sólida verdade científica, desmantelar tudo com refutações arrasadoras.”

Fazia isso dez, quinze vezes! Bom, esse acúmulo de perplexidade, hoje se sabe, produz um negócio que se chama psicose informática. O bombardeio de informações contraditórias deixa a inteligência num estado de passividade apatetada, no qual, daí por diante, o sujeito aceita qualquer coisa que venha daquela fonte que fez aquilo. Vocês imaginem se eu fizesse esta mesma coisa aqui. Eu sei fazer, claro, pois estudei tudo isso. Eu pego, exponho uma teoria para vocês, convenço todo mundo e depois falo: “Não é nada disso!” Faço isso uma vez, duas, três... Depois de dez, você já está cansado e não pensa mais. Você vai querer que o Olavo pense por você. Isso é anti-educação. É isso o que fazia Heidegger e Wittgenstein. É isso o que fazia George Gurdjieff. Agora o outro vem dizer: “Ah! Nós aqui não queremos comunicação não-verbal, influência mágica, carismática etc.” Mas está tudo aí, o carismático.

“A única diferença que tais casos revelam entre essa pedagogia e a dos antigos monges é que estes usavam o poder do carisma para infundir virtudes, ao passo que as celebridades filosóficas ou esotéricas do século XX e XXI o empregam como instrumento de dominação [1:30] psíquica para instituir o culto de suas próprias pessoas.”

Você veja: quando o Joel Pinheiro deprecia os mestres anônimos, o que eles faziam não era colocar suas próprias pessoas no centro de um culto. Eles trabalhavam tão humildemente que permanecem anônimos. Você não sabe quem eram. Nenhum deles ficou publicando coisas com nome e pedindo: “Manda fazerem uma resenha ao meu respeito, falem de mim!” Não fizeram isso jamais. Eles usavam o carisma como um exemplo de virtude, para transmitir a virtude, e não para cultuar o mestre, meu Deus do céu! Se o cara é um professor de verdade ele vai fazer exatamente o que eu estou fazendo aqui. Ou seja, ele vai colocar acima dele o que está realmente acima dele. Ele não vai colocar o seu próprio umbigo no centro e no topo da realidade, e desenvolver um culto da sua pessoa. Ele vai desenvolver um culto da verdade, um culto da tradição filosófica, um culto da virtude, isso sim. Mas estes caras, o ensinamento deles é vazio, porque você não sabe o que eles estão querendo dizer.

Tudo o que publicou Heidegger ou Wittgenstein está tão cheio de ambigüidade e de mistério que vocês nunca têm certeza se eles estavam dizendo isso ou aquilo, então você não pode sequer cultuar a filosofia deles, vai cultuar a genialidade deles. Então fica aquele negócio da piada do Jaguar, “O filme é uma porcaria, mas o diretor é um gênio”. Você não entendeu nada do filme, mas o diretor é

um gênio. É charlatanismo puro e simples, mas qual é o mecanismo de influência? O carisma, o mesmíssimo que o Sr. Pinheiro está condenando nos monges medievais.

“Mas evidentemente a função dos círculos de convivência direta não se resumem em criar ídolos. Tem também uma utilidade menos personalizada, mais coletiva que é a de impor hegemonia de grupos de influência mediante a interproteção mafiosa, a proteção mútua, o boicote dos adversários, o rateio dos melhores empregos entre os meios da gangue e em resultado de tudo isso, o controle da opinião pública, especialmente em ambientes limitados e abarcáveis como são as universidades e as instituições de cultura. As filosofias dos mestres malignos, segundo Redner, (...)”

A obra desse Harry Redner está repleta de elementos da sociologia e da filosofia que são muito importantes.

“As obras de filosofias dos antigos mestres, segundo Redner, tendiam a gravitar em direção às elites universitárias, porque na luta pelo poder acadêmico o status de elite interessa muito para atrair discípulos e lançar movimentos de influência. Dessas posições de alto status, era fácil supervisionar e dominar todos os postos nas elites universitárias colocadas mais embaixo.”

Vocês imaginam se eu fosse fazer a mesma coisa aqui. Eu chego para os meus alunos e depois que conquistei a admiração deles, fico dizendo para eles: “Arruma para eu ficar fazendo uma conferência na universidade tal, ou diz para o seu professor colocar lá na faculdade de direito, na faculdade de sociologia para botar o meu livro no currículo”. Eu faço isto, eu fiz isso alguma vez? Pedi alguma influência? Nunca. E se fizesse isso morreria de vergonha, me enfiaria na privada e puxaria descarga. Senão, aconteceria como na história de Robert Crumb, em que o sujeito estava todo deprimido porque ele fez isso e foi parar no fundo do esgoto e os cocôs o rejeitaram. Se eu fizesse isso, eu merecia ser rejeitado pelos próprios cocôs. Agora você imagina não só fazer isso, mas ter um círculo de devotos servidores para fazer isso, para impor o seu nome aqui ou ali. Meu filho, eu quero que vocês influenciem o curso da história cultural brasileira, eu quero que vocês façam isso, mas eu quero que vocês façam isso mais tarde quando estiverem preparados e quando eu já estiver muito velho para poder me beneficiar disso. Vocês que estão estudando comigo, um dia se imporão como autores importantes, muitos de vocês, espero que muitos mesmo como autores importantes, talvez como os mais importantes do Brasil, mas isso será daqui a vinte ou trinta anos quando eu vou estar com noventa e tantos anos dizendo adeus a este mundo.

Então, não é para me impor, eu não posso, não quero e não devo ser imposto dessa maneira. Influência cultural também é uma coisa. Influência cultural é para você produzir um efeito histórico desejável, conscientemente discutido, aceito, e outra coisa é a influência cultural para impor as glórias do seu fulano de tal, do seu Wittgenstein ou do seu Heidegger que para mim são dois charlatães de marca. São pessoas que não merecem o nome de filósofos de jeito nenhum. E que, no entanto, estão aí entre os santos da adoração da comunidade universitária, especialmente brasileira.

“Dessas posições de alto status, prossegue Redner, era fácil supervisionar e dominar todos os postos nas universidades colocados mais embaixo. Nas escolas de elites dos países dominantes como a École Normale na França e a Ivy League na América, a filosofia poderia ser cultivada como uma mística para os privilegiados e iniciados. Só aqueles que ingressavam nessas instituições e passavam por elas como estudantes e professores tinham alguma chance de adquirir o conhecimento filosófico apropriado e de ser considerados qualificados nele. Por esses meios umas poucas universidades foram capazes de monopolizar o ensino da filosofia e usar este poder para colonizar o sistema acadêmico inteiro de determinados países. Uma típica relação colonialista centro/periferia se instaurou entre a elite e o resto, com isso as universidades de elite se habilitaram a perpetuar e a consolidar sua exclusividade e seu status superior.

O conteúdo propriamente dito das filosofias não era de maneira alguma indiferente ao papel que desempenhava na estrutura do poder universitário.”

Isto aqui é muito importante, alguém pode dizer: “Ah, não, nós temos de isolar uma coisa da outra”. Uma coisa é o papel que isso teve na ascensão do Sr. Fulano, fulano, fulano, fulano, na formação do grupo de influência, outra coisa é o conteúdo propriamente dito ou o valor intrínseco. Muitas vezes o conteúdo é determinado por essa situação e a situação é determinada pelo conteúdo. Por exemplo, se não houver, se as obras de Wittgenstein e de Heidegger não estivessem tão cheias destas fontes de perplexidade que reduzem a inteligência do leitor e do aluno à contemplação passiva apatetada, elas não poderiam ter exercido esta função. Se fossem obras que podem ser discutidas honestamente como podem as obras de Louis Lavelle ou Karl Löwith ou mesmo Carl Jaspers, não teria essa influência porque não teria essa aura carismática e mágica. Prossegue Redner:

“As filosofias que serviam a esta função de preservar o monopólio profissional tinham de ser aquelas que ninguém podia aprender por meio de livros somente.”

Ou seja, aquelas que precisavam da transmissão oral, da presença do mestre e da influência carismática,

“Tinham de ser aquelas que ninguém fora do quadro institucional privilegiado podia adquirir, transmitir ou praticar. Elas podiam ser aprendidas somente se fossem adquiridas através dos canais corretos e recebidas das mãos apropriadas como um processo iniciático.”

Então, quem pode falar do Wittgenstein é só quem aprendeu ou direto com o próprio Wittgenstein ou nos círculos apropriados e, se alguém de fora diz alguma coisa, você diz: “Não, você não compreendeu, você não está à altura. E como eu faço para compreender? Você tem de seguir aqui a linha iniciática correta”.

Isto foi assim, com Heidegger, com Wittgenstein, com Lukács, com Jean Paul Sartre, com Foucault, com todo esse pessoal do desconstrucionismo, é assim. E com a filosofia analítica também, se você quer saber. Que já veremos já, já.

“Tais eram de fato, prossegue Redner, as filosofias que os próprios mestres malignos e por direito de sucessão, seus discípulos, vieram a ministrar desde as escolas de elite onde haviam conquistado posições de poder. Ninguém que não passasse por suas mãos podia praticar, ensinar ou mesmo discutir suas filosofias”.

Um exemplo muitíssimo bem documentado de como esse processo funciona em um país em particular é dado no livro de Hervé Hamon e Patrick Rotman *Les Intellocrates (Os Intelocratas)*, que estuda a composição social da elite que comanda a vida universitária e a empresa cultural na França. É uma coisa impressionante isso aqui:

“Essa elite inteira mora em Paris distribuída nos poucos quarteirões vizinhos e tem na convivência pessoal constante um de seus mecanismos essenciais de auto-preservação e crescimento.”

Os autores colocam o mapa de cinco ou seis quarteirões de Paris, onde moram todos aqueles caras que se encontram praticamente todo dia.

“O contato direto entre mestres, colaboradores e discípulos como se vê, não perdeu nada da importância essencial que tinha no século X a XII, apenas mudou de função. De gerador de Santos, transmutou-se em fábrica de carreiristas, agitadores, gerentes da indústria cultural, bajuladores e militantes. [1:40] Talvez por isso mesmo tenha se tornado menos visível a observadores desatentos ou incultos como os senhores Lemos e Pinheiro. É da natureza mesma dos círculos de poder o hábito de manter a sua existência o mais discreta possível de modo a fazer com que os efeitos de suas ações apareçam como resultados acidentais e anônimos do processo histórico.”

Então, existe por um lado, a filosofia expressa que está nos livros do seu fulano, fulano, fulano e só esta se pode discutir e todo o mecanismo histórico-social que os produziu e, em vista do qual estas obras foram escritas não pode ser analisado, porque daí você diz: “Ah, é *argumentum ad hominem*” e eu digo: “Mas esta é uma ação *ad hominem*”, isto tem de ser estudado assim.

“Não por coincidência uma das correntes filosóficas que mais veio a se beneficiar da luta dos grupos de influência pelo domínio monopolístico das universidades foi precisamente a filosofia científica ou neopositivista que o Sr. Júlio Lemos coloca tão celestialmente acima do mundo humano. Não há nisso, aliás, nada de estranho, o neopositivismo como próprio nome diz, é uma continuação do positivismo, que nasceu não como pura filosofia teórica para uso dos anjos, mas como um projeto de poder, um dos mais ambiciosos e totalitários de todos os tempos.”

E digo mais, um dos mais bem sucedidos. Porque enquanto o socialismo fracassou em não sei quantos lugares, o positivismo está aí e manda em países inteiros.

“Quando, após a guerra, o crescimento vertiginoso da economia ocidental acelerou o processo de transformação da filosofia em profissão universitária, eliminando da cena, pouco a pouco, os intelectuais públicos que antes davam o tom dos debates culturais, nem todas as filosofias se adequavam igualmente ao novo ambiente, em que as discussões filosóficas tinham de imitar o mais fielmente possível o mecanismo altamente regulamentado e burocratizado da intercomunicação científica.

Na Europa continental, onde a discussão filosófica estava imantada de uma carga partidária e militante consagrada por décadas de confronto ideológico, que vinha desde o século XVIII, a solução foi infundir no discurso tradicional da esquerda uns toques de linguagem científica extraídos principalmente da lingüística e da matemática. Daí nasceram o estruturalismo e o desconstrucionismo que logo ocuparam o lugar do existencialismo e da fenomenologia nas atenções do público. Nos países anglo-saxônicos, onde a tendência dominante, ao contrário, era manter as universidades bem integradas no funcionamento geral da economia.”

As universidades aqui nos Estados Unidos têm uma função industrial e econômica óbvia e se não atenderem a essa função não recebem mais dinheiro.

“E imunizadas contra o risco das rotulações ideológicas de direita ou de esquerda.”

Ou seja, não é que não podia ter elementos de ideologia, não podia dar margem a essa rotulação, não podia aparecer.

“Esse foi o grande momento da filosofia científica. O processo foi muito bem estudado por C. Wright Mills.”

Um grande sociólogo americano da esquerda, mas que produziu obras importantíssimas.

“Mas, como a descrição que ele oferece é muito detalhada e complexa, recorro novamente, ao indispensável Redner, que assim a resume: “A antiga geração de filósofos, que era uma estranha mistura de advogados, bibliotecários e cientistas, (...)”

E podemos acrescentar escritores, poetas, políticos etc.

“(…) foi desalojada pelos professores acadêmicos que se organizaram numa corporação profissional com suas conferências, revistas especializadas, escadas de promoção e todos os outros adornos das disciplinas acadêmicas. Nessas condições, os filósofos já não podiam ser considerados livres-pensadores ou intelectuais, como Russel Jacoby argumenta num estudo mais ou menos recente.”

Essa é uma referência ao livro *Os Últimos Intelectuais*, que, aliás, foi publicado no Brasil também.

“Para esses profissionais acadêmicos, a filosofia melhor adaptada às suas exigências era uma que não dependesse de teorias, de idéias ou de nenhum fundo de conhecimento de ciências ou das humanidades e que não se engajasse em questões contenciosas da vida social e política. O que eles queriam era um modo de filosofar (...)”

Prestem atenção!

“(...) que pudesse ser praticado como uma habilidade técnica a ser aprendida pragmaticamente por meio de um treinamento no próprio ambiente profissional por meio da discussão, mais ou menos como o dos advogados.”

Ou seja, é exatamente o tipo de proposta que aí o nosso Júlio Lemos está defendendo. Uma profissão técnica, que se estrutura como a prática das ciências e que se mantém acima destas questões contenciosas e de natureza moral, política etc. O sucesso disso nos Estados Unidos foi por causa deste fator. Agora, isso não quer dizer que ficasse imune à contaminação ideológica por muito tempo e aí podemos continuar... Mas não está meio tarde para os brasileiros? Então vamos fazer uma pausa e daqui a pouco nós voltamos. Vamos lá.

Ora, estas perguntas estão me deixando aqui numa situação aflitiva, porque têm me chegado muitas perguntas, algumas muito longas e complexas e todas muito boas. É o seguinte: este negócio de respondê-las depois das aulas não está funcionando. O que eu vou ter de fazer é dar umas aulas extras e voltadas exclusivamente a esses assuntos. Eu não vejo outra maneira. Eu vou tentar responder a algumas delas que estão mais ligadas às aulas de hoje e, eu prometo fazer um esquema de aulas extras nas quais eu responderei a estas perguntas. Vou fazer uma coleção delas, e algumas delas requerem uma aula inteira. Mas, aqui, o aluno pergunta:

Aluno: Eu entendi que o neopositivismo foi até mais bem sucedido que o socialismo e que sua influência pode ser percebida em muitos países.

Olavo: Isso seria a continuação normal da nossa aula, se bem que há muitos outros assuntos que estão, por assim dizer, embutidos nesta discussão. Assuntos cuja presença os nossos “debatedores” nem mesmo de longe percebem. O primeiro deles é: qual é a origem do neopositivismo? É o positivismo. O positivismo surge na esteira da Revolução Francesa quando, um cidadão chamado Augusto Comte, nota que a revolução embora houvesse destruído o antigo regime, vamos dizer, a dominação da Igreja e aberto novas perspectivas, ele não oferecia às pessoas uma perspectiva espiritual. Então, a idéia dele foi criar um negócio que ele chamou de a “religião da humanidade”. A religião da humanidade é baseada em primeiríssimo lugar na devoção às ciências tida como a representação objetiva da realidade e no culto dos grandes homens das ciências e da política etc. Para isso ele elaborou um calendário que substituía o nome dos Santos da Igreja por pessoas ilustres como Robespierre, Napoleão Bonaparte e ele próprio. A idéia fundamental de Augusto Comte com relação às ciências é que elas constituem um corpo de conhecimento que está acima das questões de moralidade e das questões de preferência subjetiva. Então [1:50] ela representa uma autoridade intelectual superior. Em vista disso, achava ele que a política não devia ser o campo aberto para as preferências subjetivas de grupos, mas devia ser uma questão técnica a ser resolvida com os instrumentos das ciências e, portanto, ele advogava a administração científica da sociedade, a concepção que mais tarde se chamaria tecnocrática.

A sociedade deve ser governada não pelos políticos, não pelos padres e pregadores, nem pelos filósofos como pretendia Platão, mas pelos homens de ciências e pelos técnicos. É evidente que isto é uma concepção ideológica que favorece um grupo que, por mais conhecimentos que tenha, jamais

os tem na quantidade e na extensão necessária para dominar de maneira sábia todos os problemas da sociedade. O próprio Augusto Comte tinha a ambição da unificação de todas as ciências. Ele entendia a filosofia como a ciência unificada. Os vários resultados da ciência são unificados e generalizados na esfera da filosofia, então passa-se a conclusões que têm validade científica. Esta é exatamente a concepção defendida pelos neopositivistas.

No começo do século Bertrand Russel e seus colegas do círculo neopositivista tentaram elaborar uma enciclopédia que unificasse qualquer ciência, chama-se *Enciclopédia da Ciência Unificada*, o projeto fracassou porque era impossível unificar todas as ciências. As ciências se formam na medida em que você consegue recortar um certo campo de experiência e você o recorta baseado na hipótese de que os fenômenos ali observados obedecem a determinadas constantes e em seguida você passa a tentar averiguar essas constantes e descrevê-las. O campo é recortado – presta atenção que isto aí é muito importante –, não em função de limites objetivos que existem entre aqueles objetos da ciência e os outros objetos, mas em função da possibilidade de pesquisá-los tendo em vista a hipótese de determinadas constantes.

Isto quer dizer que a divisão entre as ciências não corresponde à estrutura objetiva da realidade, mas às possibilidades da pesquisa científica num dado momento. Por exemplo, nós sabemos que até hoje a biologia tem uma dificuldade de definir os seres vivos e distingui-los dos não vivos. A rigor o domínio da biologia terminaria onde fosse o limite ideal do fenômeno chamado vida, e que o distinguísse de fenômenos determinados inteiramente por leis físicas ou químicas.

No entanto, desde que existe biologia, isto é matéria de controvérsia. Então, não sabemos se este conceito de seres vivos corresponde a uma divisão objetiva da natureza. No entanto, existe uma ciência chamada biologia e ela estuda determinados tipos de seres e ela mesma que coloca a questão do limite entre os seres vivos e não vivos. Esta delimitação dos objetos da biologia não corresponde a limites objetivos, a uma ontologia regional como diria Russel, dentro do campo de uma ontologia geral, mas depende apenas das possibilidades de investigação que os biólogos têm num determinado momento histórico. Todas as ciências são assim. Claro que elas fazem um esforço para definir e delimitar o seu objeto o mais claramente possível e este esforço é o que justifica a fundação e a existência das ciências como campos de estudos separados entre si.

Só por esta constatação você vê que uma enciclopédia do conhecimento científico, mesmo que ela conseguisse unificar todas as ciências, não corresponderia à estrutura objetiva do universo. No entanto, a possibilidade de você unificar a ciência repousa na hipótese de você encontrar princípios gerais que sejam válidos para todas elas e isto absolutamente não existe. Como já dizia Edmund Husserl: “Não existe uma biologia dos triângulos nem uma trigonometria dos leões”. Então, isso quer dizer que existem campos da realidade que estão rigidamente separados no sentido de que não são regidos por princípios comuns e não há a possibilidade de encontrar os princípios comuns.

A idéia, o ideal, o sonho de encontrar a teoria unificada das ciências, por exemplo, você unificar a teoria dentro da própria ciência, já acontece isto. Como unificar a teoria da relatividade com a teoria quântica? Os caras já estão pulando que nem cabrito há quase cem anos tentando encontrar isto e cada vez esse ideal fica mais distante. Unificar uma ciência já é um problema, quanto mais unificar todas elas. Então, este projeto começou e logo foi abandonado e uma das pessoas envolvidas foi Alfred Whitehead, que tomou em seguida uma direção filosófica completamente diferente que já não tinha mais nada a ver com filosofia analítica e criou um sistema filosófico próprio muito original. E o projeto, então, foi engavetado para sempre.

Se fosse possível unificar as ciências, evidentemente a classe científica teria uma espécie de hegemonia doutrinal sobre toda a sociedade. A ciência unificada não existe, mas existe evidentemente, o prestígio social das ciências. Prestígio social que aumenta na medida mesma em

que a sociedade investe pesadamente na educação científica e na pesquisa científica. Então, evidentemente, quanto mais dinheiro se coloca ali, automaticamente aumenta o prestígio da classe científica independentemente dos resultados que ela venha a obter. Se durante anos certas pesquisas prosseguem e não produzem resultado algum, isto não diminui de maneira alguma o prestígio e a autoridade dos profissionais envolvidos, até aumenta, porque cria uma espécie de dívida social do tipo: “Nós já investimos tanto dinheiro que nós não podemos reconhecer que tudo isso é inútil”. Então tem de continuar.

Em certos setores da ciência os projetos de pesquisa são tão complexos e tão imensamente especializados, que um especialista numa área da ciência não entende o projeto do outro. Se você está colocado na posição de diretor de um departamento, este departamento, ele se subdivide em quinze, vinte, trinta, duzentas investigações diferentes que você não pode compreender. Você não sabe o que os caras estão pesquisando, e, no entanto, você tem de tomar as decisões de para quem vai a verba. A complexidade e a irracionalidade mesma do esquema fazem com que a autoridade da classe científica seja uma coisa que se auto-reproduz. E o ideal da tecnocracia, embora ele não tenha sido aplicado literalmente em parte alguma, ele é vigente em todo o ocidente, informalmente e de maneira não declarada, porque se considera que a ciência é o árbitro último de todas as questões.

Então se você tem uma, por exemplo, agora nós estamos vendo esta discussão sobre o aborto, há quem incumbe dar a sentença final de se o feto é um ser humano ou se não é? Ninguém vai aceitar a premissa religiosa porque estamos na sociedade leiga tal como a concebia Augusto Comte. Isto quer dizer que a sociedade não tem um comprometimento religioso. A única religião dela é a religião da humanidade, isto é, a ciência. A autoridade última é dada à classe científica. Só que, por exemplo, a pergunta se o feto é um ser humano ou não, não existe nenhuma ciência habilitada a julgar isto. Os limites da espécie humana são um enigma para todas as ciências. Por exemplo, uma ciência que estude o ser humano como, por exemplo, a antropologia, ela parte de limites convencionais.

Então, por exemplo, existe o problema das normas sociais vigentes em espécies animais, existe o problema da inteligência, da “consciência” de certos animais. Nós não sabemos onde termina uma coisa e onde começa a outra. Então, por exemplo, qual seria a relação entre a sociologia humana e a sociologia dos golfinhos ou a dos elefantes? Isto quer dizer que, depois que eu vi um elefante desenhando um outro elefante, só tem no Youtube. Passa um elefante, ele pega um pincel e desenha um elefante com uma florzinha na ponta da tromba. Eu digo, olha, o Lula, se mandá-lo desenhá-lo mesmo com uma florzinha na mão ele não consegue. Isto quer dizer que os limites da espécie humana são um problema.

Nós podemos encontrar o padrão da humanidade a partir da antevisão que nós temos da lei divina, de uma lei transcendente e a partir daí a imagem da espécie humana aparece unificada. Só à luz desta experiência, materialmente falando, [2:00] a unidade da espécie humana é contestável. Isso quer dizer que os limites da espécie humana são um problema, e os limites entre ela e as espécies animais também não são materialmente visíveis.

No começo do livro *Logique de la Philosophie*, Éric Weil discute exatamente isso, o problema da definição científica do ser humano e da definição humana do ser humano. E ele mostra que não existe medida comum. Ele diz que nós poderíamos, por exemplo, definir o ser humano como a única espécie que tem um polegar oposto aos quatro outros dedos. Isto permite que se diferencie uma espécie das outras, entretanto, um critério diferencial não é uma definição e muito menos um conceito. O que ele diz é que não existe uma definição científica do ser humano, mas existe a definição humana, e essa definição é feita não pelo que o ser humano é, efetivamente, mas pelo que ele pode ser e, portanto, deve ser. Então é uma definição por assim dizer teleológica, baseada nas finalidades do ser humano. Qual é a validade científica dessa definição? Nenhuma, porque não

existe nenhuma ciência que abarque este objeto assim definido. Então, curiosamente, a autoridade maior na discussão é dada justamente às ciências que não estudam esses objetos.

Veja que coisa incrível. Quanto menos um objeto está contido dentro do campo de estudo de uma ciência, mais autoridade essa ciência tem para opinar sobre ele. É claro que isso é o charlatanismo estabelecido. O crescimento da autoridade das ciências é a maior causa de charlatanismo e de pseudociência que há no mundo, porque na medida em que essa classe acumula um poder, é difícil impedir que ela deseje opinar sobre todas as coisas, e essas coisas acabam, evidentemente, saindo da esfera de competência dessa religião, aliás, dessa ciência. O erro freudiano, até significativo, porque no fundo isso é uma religião.

Tome por exemplo casos como esse do aquecimento global, quer dizer, a proliferação monstruosa de fraudes científicas, por que isto acontece? Porque esses cientistas têm uma posição de poder dentro de organismos internacionais, e naturalmente eles têm de agir em consonância com os interesses totais da classe, o que significa que a sua autoridade vai ser necessariamente expandida para muito além da sua área de competência propriamente científica. Então o fenômeno da fraude científica, que sempre existiu, mas antes era limitado, a partir dos anos 50 e 60, se disseminou de tal maneira que hoje o cientista, como classe, me parece menos confiável até do que os políticos, ou do que os mafiosos, os ladrões. Quando a gente vê o que acontece, por exemplo, na medicina, em que o número de vítimas de erros médicos nos Estados Unidos está por volta de um milhão de pessoas por ano, eu digo: mas não existe nada mais perigoso do que a medicina; nenhum fator de risco se compara a isso aí. No entanto é evidente que isso não é motivo para se suprimir a profissão médica, alegando-se que haveria menos risco para a saúde pública. Nós não podemos fazer esse cálculo, não temos meios de fazê-lo e responder se a profissão médica vale a pena. Não há ciência que possa responder isso.

Isso quer dizer que o império dos cientistas como classe, que era o ideal de Augusto Comte, está praticamente realizado em todo o ocidente. De maneira informal e não declarada, mas vigente. Pior ainda, é claramente uma ideologia, mas uma ideologia da não-ideologia. É ideologia da neutralidade ideológica. No fundo é uma coisa até mais safada do que o socialismo. Este pelo menos é explícito ao declarar-se uma ideologia. O socialismo – o marxismo – acredita que todos os pensamentos são ideológicos e nós somos ideológicos também, e no fundo se trata sempre de uma disputa de poder. Mas os neopositivistas não dizem isso, eles dizem: “Nós somos cientistas. Nós somos neutros. E justamente por sermos neutros somos as pessoas categorizadas para opinar sobre todos os assuntos e para dirigir a sociedade e tomar as decisões de última instância, portanto, todo o poder a nós.” Isto é uma exigência não ideológica, e sim científica, no entender deles. Na verdade ninguém acredita nisso. Sabem que é uma ideologia, mas a essa altura o poder conquistado pela classe já é tão grande que não dá mais para recuar.

No Brasil, durante a nossa ditadura militar, o que é que imperou? A tecnocracia. A discussão política não tinha importância porque “é coisa de preferências subjetivas, ideologias etc., e nós queremos resolver o problema da economia do país”. Então chamavam os técnicos, os militares – que são técnicos também, todos eles com formação técnica especializada em alguma coisa – chamavam lá os engenheiros, economistas etc. Resolviam tudo entre si. E os políticos? E o congresso? “Deixa eles discutindo besteira lá, a gente toma as decisões e depois eles vêm e carimbam embaixo e assinam o que a gente decidiu.” Foi exatamente assim! Qual foi o resultado? Eles criaram um vácuo ideológico que foi preenchido pelo pessoal comunista.

Nos Estados Unidos aconteceu de certa maneira a mesma coisa porque o império da filosofia analítica, o império do neopositivismo nas universidades fez crescer a autoridade da classe científica ao mesmo tempo em que esta classe científica era profundamente afetada pela estratégia gramsciana, que também oferecia a ela o poder de alguma maneira, o poder dos intelectuais. E

também houve a influência da Escola de Frankfurt dentro da universidade. Então formou-se um amálgama de esquerdismo e neopositivismo, que estão evidentemente em disputa entre si teoricamente, mas que na prática convergem para a mesma coisa. É o poder da classe acadêmica, seja em nome do socialismo, da Escola de Frankfurt, ou do império da ciência.

É evidente que dentro da esfera especializada da pesquisa científica pode-se continuar a ter algum critério, alguma idoneidade, mas no conjunto a coisa é uma picaretagem sem fim.

Aqui tem uma outra pergunta muito interessante sobre o negócio do aborto.

Aluno: Ele diz: “Ah, quando eu vou discutir com abortistas às vezes me citam o livro do *Eclesiástico*.” Você diz *Eclesiástico*, mas não é do *Eclesiástico*, Sirácida, não é a mesma coisa do que o *Eclesiastes* ou *Coélet*. Essa citação é do *Eclesiastes* *Coélet*, e não do *Eclesiástico*. Diz assim:

“Um homem, embora crie cem filhos, viva numerosos anos e numerosos dias nesses anos, se não pode faltar-se de felicidade e se não tiver tido sepultura, eu digo que um aborto lhe é preferível.”

Então o abortista joga isto na cara do cristão ou do judeu e diz: “Está vendo? O seu próprio livro diz que o aborto é preferível!” Mas isto é típica argumentação safada, porque você tem de entender este versículo à luz dos versículos anteriores e dos subsequentes. O que é que o autor do *Eclesiastes* está realmente dizendo. Daí ele diz o seguinte [*Eclesiastes* 6:2]:

“Um homem a quem Deus deu sorte, riquezas e honras, nada que possa desejar lhe falta, mas Deus não lhe concede o gozo, a felicidade, deixando-a a um estrangeiro. Isso é vaidade e dor.”

E daí entra o seguinte versículo [*Eclesiastes* 6:3]: “Um homem, embora crie cem filhos, viva numerosos anos e numerosos dias nesses anos, se não pode faltar-se de felicidade e se não tiver tido sepultura, eu digo que um aborto lhe é preferível.” Então a que felicidade ele está se referindo? Não se trata de riquezas e honras, e nem de sorte, mas daquele tipo de felicidade que Deus infunde em algumas pessoas, mesmo que não tenham nem riqueza, nem honra etc. Está falando da Graça que Deus concede a alguns. Então se você não tem esta Graça, não adianta ter nem felicidade, nem honra etc. E um aborto lhe é preferível. Por quê? O sujeito abortado foi direto para o Céu. Ele morre inocente. É nesse sentido que ele está dizendo, e não que se deva abortar as pessoas caso elas não estejam estourando de sorte, riqueza e felicidade. Ou seja, é uma inversão completa do sentido do texto. Note bem, aqui está dito que não adianta ter sorte, nem riqueza, nem honras, se o próprio Deus não lhe concede a felicidade. E essa felicidade é o quê? [2:10] É a felicidade que Deus dá pela Graça, não pela sorte, pelas riquezas, pelas honras etc.

Então trata-se de felicidade divina, felicidade espiritual, evidentemente, a qual não depende do destino terrestre do indivíduo. É o caso daquele monge romeno que escreveu *O Diário da Felicidade*. Ele era um judeu anticomunista, foi preso, torturado, passou horrores; mas naqueles anos ele descobre o Cristianismo, se converte e se transforma em monge dentro da prisão, e ali ele experimenta anos de felicidade interior indescritível. É evidente que este é um caso extremo, em que o indivíduo, mesmo privado de um destino apazível no aspecto terrestre e corporal, ele ainda pode ter essa felicidade porque ela é um dom direto de Deus que independe da condição externa. Então se você não receber nem um pouquinho da Graça, meu filho, você está ferrado! E um aborto tem mais sorte do que você, porque ele não teve nem tempo de cometer pecado, morreu e já está no mundo divino. É disso que o autor do *Eclesiastes* está falando. É óbvio que é assim. Então quando vierem jogar o *Eclesiastes* na sua cara, devolva. Fale: “Você é um charlatão, um mentiroso! Você tirou um pedaço do texto sem saber do que é que o autor do texto está falando!”

Aluno: Seria útil fazer um estudo de sociologia do conhecimento para entender o processo de transmissão do conhecimento e o real funcionamento do círculo de alunos que se forma em torno do senhor e do Instituto Olavo de Carvalho? Não seria uma forma de não padeceremos de alienação similar àquela que afeta os ambientes universitários?

Olavo: Mas sem dúvida, sim! Nós temos de saber quem nós somos, onde nós estamos socialmente, e qual é a nossa posição real na sociedade brasileira. Isto tem de ser descrito de uma maneira muito objetiva. Se bem que eu acredito que os instrumentos da sociologia usual que se ensina no Brasil não são suficientes para isso, porque nós teríamos de entrar na sociologia da vida intelectual, que no Brasil é o setor atrofiado, ele não existe! Os intelectuais na universidade brasileira não querem saber quem são eles como classe. Uma vez o Meira Penna, dando aula de Ciência Política na Universidade de Brasília, perguntou aos seus alunos a que classe social pertenciam. Eram todos filhos de burocratas, todos filhos de altos funcionários públicos. Nenhum deles respondeu isso. Respondiam burguesia, proletariado, qualquer outra coisa. Eles não sabiam em que classe social estavam. Então se não tem sequer um senso de auto-identidade baseado na profissão da família, quanto mais vai ter um senso de identidade baseado na atividade intelectual. Eles não sabem qual a classe social da qual vêm, e, portanto, não sabem em qual estão se integrando.

Claro, esse erro não podemos cometer. Evidentemente nós somos uma parcela da intelectualidade brasileira. Eu não posso dizer que este assunto seja alheio ao meu curso porque eu já dei várias aulas de sociologia da vida intelectual aqui destacando o nosso lugar, mas não é um estudo sistemático. É alguma coisa que disse aqui e outra ali. Mas o estudo sistemático vale. E você pode partir das próprias observações esparsas que eu mesmo fiz a respeito e então colocar aquilo em teste e tentar completar esse estudo. Eu acho a idéia maravilhosa.

Aluno: Gostaria que o senhor me dissesse qual é a diferença entre conceito e definição. Ainda em aulas atrás o senhor disse que um objeto existem várias essências. Não entendi bem porque sempre achei que o que os sentidos captam de um objeto é a sua essência, junto com o círculo de latência e seus acidentes.

Olavo: Você não pode dizer que os sentidos captam isso, porque estes captam apenas os sinais corporalmente sensíveis. O círculo de latência não é corporalmente sensível. Então o que capta isso não são os sentidos, é a pessoa. É preciso ver que a noção de sentidos como distinto de inteligência já é uma abstração, e essa abstração às vezes é feita não de maneira muito exata. Por exemplo, David Hume dizia que nós só captamos pelos sentidos aqueles entes individuais (um gato, um cachorro, uma bola etc.) e que as idéias gerais são todas criações da mente humana (por exemplo, a idéia de espécie). É possível ser assim? O que digo é que não apenas Hume está errado, mas que o que ele diz é impossível, porque ele está supondo que a semelhança entre objetos da mesma espécie é construída na sua mente, e não objeto de percepção. Ora, quando vejo dois gatos, ou uma família de gatos, eu estou vendo gatos separados e constituindo a noção de espécie? Quando eles mesmos na sua conduta e na sua presença estão me mostrando a sua semelhança e o seu reconhecimento como espécie? Por exemplo, você vê um gato fazendo amor com uma gata, não com uma lata de sardinhas! Quer dizer, não é que eu sei que ele é uma espécie gato, ele também sabe! Ele se reconhece. Na conduta do animal você vê a identidade espécie imediatamente. Hume está raciocinando como se nós víssemos os objetos separadamente: me deram uma bola, e depois eu generalizo criando a noção de bola. Pergunto, e se me deram duas bolas? Aliás, todos naturalmente nascemos com duas bolas, mas não é dessas bolas que eu estou falando. Estou falando de bolas de borracha, de plástico, ou coisa assim. Então muitos e muitos objetos se apresentam a nós não como entes individuais, mas junto com os da sua mesma espécie.

Por exemplo, na primeira vez em que você come um prato de feijão só vê os feijõezinhos separados? Você come os feijões um por um? Não, os feijões vêm todos juntos. O que te foi

oferecido, meu filho, não é o indivíduo feijão, mas é a espécie feijão, então a espécie, nesse caso, tem uma presença física. E, em vez de você partir da percepção do ente individual para construir a noção da espécie, ao contrário, você recebe a noção da espécie pelos sentidos e constrói a noção da individualidade por abstração. Vê se existe alguém que em seu primeiro contato com o feijão foi assim: um feijão no seu prato. Daí no dia seguinte outro feijão igual. E daí por abstração o indivíduo vai construindo a noção da espécie. Faça-me o favor, isso nunca acontece!

Então o que Hume está dizendo, que a ele parece a tradução da... Ele quer ser muito realista, então ele separa o que é um dado da percepção e o que é uma construção mental, só que ele fez esse processo completamente errado! E em toda a filosofia da percepção que se origina nos séculos XVIII e XIX está cheia desses erros. A distinção que ele faz é baseada na distinção entre os sentidos físicos e a mente. Mas digo que é impossível você dizer onde termina um e outro, justamente porque a noção da espécie não pode ser uma criação da mente porque alguns objetos só vêm como espécie, nunca como individualidade, e daí a mente separa. Existem outros casos em que vêm como indivíduo, e daí a mente pode construir a noção da espécie, mas se pode ser dos dois jeitos, então significa que a operação dos sentidos e da mente não é tão distinta como imagina David Hume e como muita gente imagina até hoje.

Simplificando, quem percebe as coisas não são os sentidos, e quem cria a noção da espécie não é a mente. Sou eu que faço as duas coisas, o sujeito humano real, concreto. Não sabemos exatamente qual é o processo, qual é o mecanismo que distingue essas coisas. Em parte é a própria percepção, em parte é a mente, mas operando de uma maneira tão integrada que a distinção que eu faço é posterior e imperfeita. Então eu não posso acreditar nessa distinção como se ela fosse um fato quando essa distinção efetivamente é uma criação mental.

Por outro lado, quando entra na questão do círculo de latência, este não pode ser equacionado em termos de percepção e construção mental, porque não é nem uma coisa nem a outra. Ele é uma pré-condição para que existam as duas coisas. Por exemplo, se eu dissesse: “A minha percepção sensível nota somente a aparência visível dos objetos, e não a substancialidade [2:20] da presença deles”, isto seria impossível. Se fosse assim nós jamais conseguiríamos distinguir entre uma percepção e uma fantasia, e eu pensar num feijão seria a mesma coisa que comê-lo. E de fato não é assim. Então, eu sei que o círculo de latência está presente e que sem a percepção do círculo de latência eu não percebo nenhum objeto real, eu só perceberia aparências e a coitada da minha mente se fosse operar somente em cima dessas aparências também não poderia reconhecer um objeto real, porque a mente não lida com objetos reais, a mente só lida com símbolos e coisas. Então, eu jamais chegaria à dimensão de realidade. Ora, jamais a dimensão de realidade seria exatamente a primeira que se chegou até mim. Isso quer dizer que estas percepções mentais, todas elas são secundárias. O que existe é o acesso real que o indivíduo humano concreto real tem a objetos reais, nas quais ele percebe a sua presença física e o seu círculo de latência. Porque se percebesse os objetos sem o círculo de latência ele perceberia apenas formas estáticas. Seria impossível perceber uma ação. Então, por exemplo, se você acompanha: “Ah! Está ali o gato e de repente ele pulou e foi para o chão”. Eu acompanho esta ação, porque a cada momento desta ação eu sei que ele poderia fazer várias coisas. Ele poderia, “Ah, ele levantou do sofá espreguiçou e voltou a deitar”, e, no entanto, ele não fez isso, ele pulou para o chão.

Em cada ação existe a tensão entre a ação realizada e as outras ações possíveis naquele momento. Por exemplo, eu vejo o gato, ele chega à beira do muro e olha para cima como quem vai pular, aí ele mede, mede, mede e desiste e vai embora. Eu sei que ele poderia pular em cima do muro, se eu não soubesse isto eu não entenderia que ele desistiu. Então isto quer dizer que a percepção de qualquer ação, ela está tensionalmente embutida dentro de um conjunto de ações simultâneas possíveis e é isso que dá para nós o senso de movimento da realidade, senão nós só vamos perceber formas estáticas e se só percebermos formas estáticas eu não poderia sequer perceber que o gato que

eu estou olhando agora é o mesmo gato depois de eu piscar. Então você veja, a percepção visual não é contínua, ela é interrompida porque você pisca. Como se você dissesse que ela não é um dado bruto, a percepção de um gato é uma coleção de atos que você fez entrecortado das piscadas que você deu. Então como você sabe que é o mesmo gato? No caso de você perguntar. Essa pergunta só faz sentido se você acreditar, como David Hume e outros tantos, que é apenas os dados dos sentidos que lhe dão a informação. Eu digo não, o que te dá a informação é a presença real. A distinção que eu faço entre os sentidos, o que é dado dos sentidos e o que é construção mental, ela também é uma construção mental imperfeita.

Nós temos de pegar toda esta falsa teoria da percepção e restaurar o senso do ato concreto de percepção, que é a percepção de entes reais por outros entes reais, na qual o objeto percebido não é apenas um dado dos sentidos, mas é um ente real carregado do seu círculo de latência. Sem o círculo de latência nós não entenderíamos nada. É absolutamente impressionante que ao longo de tantas discussões sobre filosofia da percepção que existe pelo menos por toda a modernidade – Aristóteles não cometeria essa bobagem. Aristóteles sabe que não existe esta fronteira, “aqui termina os sentidos, ali começa a inteligência”. Ele sabe que é um jogo muito complexo dessas coisas e ele sabe também que a inteligência não opera em cima dos dados percebidos, mas em cima do que ficou na memória, portanto é um processo no mínimo, no mínimo triplo.

No entanto, em David Hume só existem duas coisas: ou a percepção sensível ou a criação da inteligência. Aí fala: “Ah, meu filho, assim não é possível, assim não conseguiríamos perceber uma gato, uma bola, um prato de feijão, nem coisa nenhuma. Quer dizer, a filosofia que se apresenta como, veja, esse é outro defeito do positivismo, ele se apresenta como muito realista, quando na realidade ele é de um abstracionismo absolutamente mórbido. Quando não percebe uma coisa real, só percebe convenções, distinções convencionais que ele toma como reais! Então é uma pseudo filosofia de baixíssimo nível, não importando o aparente requinte científico com que se apresenta. Você veja esse cretino desse Mark Odamet, vem me dizer que a questão da imortalidade da alma é uma questão filosófica para se resolvida por discussão meramente abstrata e metafísica. Eu digo que é impossível, meu filho! Porque a vida após a morte é uma coisa que acontece, não tem discussão metafísica que possa resolver se uma coisa acontece ou não. Isto é obviamente um dado experimental, ou existe ou não existe. Portanto, este assunto só é acessível à pesquisa experimental e vêm os caras achar que o Mark Odamet é um grande gênio. Não é! Ele é apenas um cara complicado. Ele tem aquela sofisticação de um homem que entende muito parcialmente a situação real da qual ele está falando.

O fato de esta questão da imortalidade ter sido discutida teologicamente, metafisicamente não quer dizer que seja uma questão nem teológica nem metafísica. Se fosse uma questão teológica e metafísica só poderia ser resolvida na teoria. Mas, ora, você provar teoricamente que pode existir vida após a morte não prova que ela exista! O juízo de existência é necessariamente um juízo experimental. Isso é lição número 1 do método filosófico. O que que eu posso investigar por mera abstração e o que que eu preciso dos fatos. Eu digo, a existência do que quer que seja não pode ser uma questão metafísica. Porque existir abstratamente é uma coisa e existir nas condições reais é outra. Se eu estou falando da vida após a morte, eu não estou falando de uma vida teórica após a morte, é a vida do seu fulano, da dona fulana. Então é uma questão obviamente experimental. O grande filósofo que falha numa coisa desta, vamos dizer, isto é imperdoável e mostra o quê? Que ele é burro? Não, ele não é burro, é apenas a mente fragmentada. A mente que opera em cima de conjuntos abstratos convencionais e trabalha com aquilo como um computador trabalharia. Mas está desligado das condições reais com as quais está exercendo o seu ofício. Então é a mesma coisa que dizer, que este cara nunca fala da realidade. Como uma cara como Júlio Lemos, que jamais fala da realidade, só de idéias.

A diferença do conceito de definição é a seguinte: o conceito vem do latim *concepio*. *Cepio-ire* é o verbo que significa catar, agarrar, segurar, então você capta junto duas coisas. Então você está captando ao mesmo tempo a presença física do objeto, a sua individualidade ou singularidade, a sua pertinência de espécie e o seu círculo de latência, este é o conceito. Isto significa que um conceito não é totalmente... Isso é importantíssimo, nenhum conceito de nada é totalmente expressável verbalmente porque o conteúdo dele é praticamente ilimitado. Então existe a definição, que é o quê? Delimitação, que é uma expressão verbal que lhe permite lidar com o conceito de uma maneira verbalmente viável. Mas, enquanto você está usando a definição que é uma delimitação verbal do conceito, você se lembra realmente do conceito e sabe que o conceito é um símbolo, e que o símbolo vem carregado daquela tensão entre o que foi percebido pelo sentidos, o círculo de latência, o que foi acrescentado pela sua inteligência, o que foi elaborado pela sua inteligência, tudo isto está junto no conceito. É claro que, às vezes, nós podemos usar até por uma deficiência a palavra conceito e definição como se fosse a mesma coisa, mas não são.

Nós supomos que aquilo que nós raciocinamos a respeito de uma idéia ou de um ser definido assim e assim, corresponde ao seu conceito real e corresponde, portanto, à sua realidade, mas isso depende. Depende do quê? Depende de, no curso do seu pensamento você conservar na memória, de maneira viva, a experiência originária e o conceito que o unificou e isso às vezes não acontece. Você parte de um conceito, cria uma definição e daqui a pouco você esquece o conceito, esquece o objeto e está lidando apenas com a definição. Ortega y Gasset dá o seguinte exemplo: você vai ao teatro e aí você deposita o seu casaco, [2:30] o seu chapéu na portaria e a mulher lhe dá uma chapinha com o número. Cada número corresponde a um casaco e um chapéu, mas ele não é um casaco e um chapéu, ele pode ser trocado, mas aí eu digo: E se você esquecer de trocar? Você vai para casa com a chapinha na cabeça em vez do chapéu. E isto acontece com os filósofos com uma constância excepcional. Continua operando apenas com a definição ou com o termo que a definição define acreditando que aquilo pode ser trocado por objetos reais da experiência, pois eu digo, a troca não é automática, meu filho! A troca depende da sua memória. E quem disse que quando você se lembra da experiência originária, ela vem com toda a riqueza que o conceito tinha no início? Às vezes vem, às vezes não vem. É por isso que lembramos a advertência de Aristóteles: “A verdade só existe no juízo”, quer dizer, naquilo que você pensou e não naquilo que está dito apenas. A frase, você fala proposições verdadeiras, esse pessoal da Escola Analítica adora fazer tabelas de proposições verdadeiras e tabelas de proposições falsas. Isto é uma bobagem! Não existem proposições verdadeiras, a coisa se torna verdadeira na hora em que eu a penso. Se eu a pensar com a devida correspondência que ela tem no mundo da experiência senão ela não é verdadeira. Está aí o sujeito citando um versículo do Eclesiastes, ele é verdadeiro, sim, só que ele é verdadeiro se você o entender no sentido real. Se você disser que aquilo é uma apologia do aborto, a frase é a mesma, meu filho, só que você está pensando o contrário do que o autor pensou, do que ele quis dizer.

Aluno: A sociologia e as ciências sociais em geral não estão passando pelo mesmo problema da física quântica em que seus instrumentos de pesquisa interferem no resultado do estudo e produzem outra coisa?

Olavo: Sim. E esta interferência é de dois tipos. Primeiro, as ciências físicas interferem ativamente na construção da realidade. Se nós falamos, por exemplo, natureza, o indivíduo dificilmente tem acesso à natureza. Você já tem a natureza trabalhada através, primeiro, de todo um aparato conceitual que definiu a natureza. Segundo, a natureza alterada já pela ação humana, que praticamente se estendeu a todo o planeta. Você diz: “Ah, quero encontrar aqui uma floresta virgem.”. Aí eu digo, bom, ela está virgem porque os caras a delimitaram e fizeram ali uma reserva. Então não é uma floresta virgem. É declarada virgem, por lei, e assim por diante. Então, primeiro existe interferência efetiva no mundo físico. Segundo lugar, existe a interferência dos instrumentos de observação que recortam o objeto de acordo com as suas possibilidades. Por exemplo, você não pode enxergar uma estrela num microscópio. Então, o que aparece para você é o que o instrumento

disponibiliza para você e evidentemente, cada tipo de instrumento opera seu recorte, sua seleção, a sua maneira e se você pegar o que todos os instrumentos captaram, você não constrói um objeto inteiro. O objeto inteiro é um dado de percepção, um dado por assim dizer, existencial, em cima disso é que se operam estas distinções com umas conceituais e outras técnicas.

Em terceiro lugar existe um problema terrificante que é o seguinte: você faz um instrumento para realizar uma pesquisa científica e, para esta pesquisa científica ser validada é preciso que outros pesquisadores em outros lugares, observando as mesmas coisas cheguem ao mesmo resultado. Só que para isto eles usam instrumentos iguais ao primeiro, portanto instrumentos construídos com base no modelo do primeiro. Isto quer dizer que praticamente nunca você, por esses meios, chega a saber se o objeto que você está descrevendo é um objeto real ou se é apenas a somatória da similaridade entre os vários instrumentos usados. Isto significa o seguinte, que a pesquisa científica, principalmente através dos instrumentos jamais nos dá a dimensão de realidade. Ela completa a noção de realidade sob um ou outro aspecto especializado dentro de certos limites e isto é o máximo que ela pode fazer.

Então, quando as pessoas falam “concepção científica do universo”, eu digo que é uma coisa que não existe. As ciências, todas somadas, não podem construir uma concepção do universo por quê? Porque nenhuma delas estuda nenhum objeto concreto, só estuda o objeto abstraído e abstraído já no seu conceito inicial, na delimitação do campo. Depois abstraído de novo para a subdivisão nas várias pesquisas especializadas e terceiro, abstraído mais ainda na hora em que você usa instrumentos que só captam certos aspectos. Então quer dizer, a ciência pode te dar dados específicos que valem para certas observações, realizadas sob certas condições, com certos instrumentos, quer dizer, tudo isto é um conjunto de limitações. Então, dentro de todas essas limitações aquilo ali vale e pode ser muito útil para você, desde que você seja um cara que está instalado na realidade, e instalado na realidade é uma coisa que nenhuma ciência pode fazer, o conjunto delas não pode fazer e a síntese de todas elas também não pode fazer.

Então, não existe concepção científica do universo, pode existir talvez uma concepção científica imperfeita do que é uma minhoca, do que é uma partícula subatômica ou do que é um elefante. Mas da articulação entre todas estas coisas ninguém vai me dar, e justamente a concepção de universo é o que unifica. A concepção do universo só pode ser feita a partir da experiência real do universo onde nós estamos o qual não é acessível ao tipo de abstração que se realiza na ciência. Daí vamos usar o pensamento abstrato, mas não como as ciências usam, é de uma maneira completamente diferente. Por exemplo, para você fazer uma concepção do universo, você tem de raciocinar de uma maneira em que o dado da experiência e a sua percepção dele e a convivência sua com ele já teve tudo abrangido de alguma maneira e isto é cientificamente inviável. Então, por exemplo, existe alguma ciência que estude ao mesmo tempo, digamos, o comportamento das partículas subatômicas, a construção dos equipamentos usados... Você pode construir um equipamento eletrônico com base em física quântica? Não pode, meu filho. Você tem de usar outros elementos providos de outras ciências que não têm nada a ver com física quântica. Você tem de usar metalurgia, óptica etc., tudo isso independe da física quântica que já existia antes dela.

Então, imagina: o comportamento das partículas subatômicas, a construção dos equipamentos, os conceitos descritivos usados e a composição sociológica da classe que está estudando isso e o quadro da sua concepção do mundo tal como aparece na sociologia do conhecimento. Existe alguma ciência que pode estudar unificadamente tudo isto? Não. E, no entanto, todos estes aspectos que eu falei acontecem no decorrer de qualquer pesquisa científica real. Tudo isto está em jogo ao mesmo tempo e eu estou falando só de um estudo de partículas subatômicas. Nenhuma ciência consegue articular nem teoricamente e nem praticamente todos os elementos envolvidos numa única das suas pesquisas. Você está entendendo por que a autoridade das ciências é sempre e sempre uma empulhação? Segundo, se a ciência é um processo autocrítico que está continuamente se corrigindo,

se não existe conhecimentos científicos definitivamente verdadeiros, mas apenas adequados ao estado atual das pesquisas, que autoridade você pode ter com base nisso? Seria a autoridade de uma lei que muda todo dia?

Então para a ciência ser honesta, ela precisa desistir da sua autoridade social. Só se ela disser: “O que nós estamos dizendo é um conjunto de hipóteses a ser verificado, pode ser verificado daqui a duzentos anos”, então, que autoridade tenho eu para proclamar o resultado dessa investigação como verdadeira? Nenhuma, zero. Ciência e autoridade são termos antagônicos, isto não quer dizer que eu esteja depreciando as ciências, eu adoro as ciências, eu acho maravilhoso, eu mesmo me dedico a algumas delas. Mas se eu sei que ela só conserva a sua dignidade, a sua idoneidade de ciência quando elas desistem de ter autoridade social.

Eu acho que não dá para responder mais nada, mas só para adiantar o expediente, já é meia-noite no Brasil? Vocês são uns masoquistas, bom, então, eu queria explicar mais alguma coisa a respeito da continuação do estudo sobre escolas monacais e catedrais e universidades, mas não vai dar e fica para a aula que vem. Então muito obrigado a todos e até a semana que vem.

Transcrição: Ageu Marinho e Cynthia Leite.

Revisão: Antonia Javiera Cabrera Muñoz